



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reservada	REUNIÃO Nº: 0752R/16	DATA: 30/06/2016	
LOCAL: Externa	INÍCIO: 15h06min	TÉRMINO: 17h01min	PÁGINAS: 44

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ROSIVALDO - Cacique Babau Tupinambá. VALDENILSON TUPINAMBÁ - Cacique. RAMON TUPINAMBÁ - Cacique.

SUMÁRIO
Oitiva de convidados.

OBSERVAÇÕES
Há palavras ou expressões ininteligíveis. Há intervenções inaudíveis. Há intervenções ininteligíveis. Houve exibição de vídeo.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma boa tarde a todos. Nós compomos a equipe técnica que assessora a CPI da FUNAI e do INCRA. Então, primeiramente, eu queria agradecer a gentileza de os senhores nos receberem aqui. Quero dizer que é uma satisfação podermos conhecer todos os senhores e conhecer todos os lugares.

A ideia da CPI da FUNAI e do INCA, como os senhores sabem, é apurar e investigar as denúncias que estão sendo feitas a respeito da atuação da FUNAI — isso não é segredo para ninguém — e também do INCRA, e, principalmente, tentar entender o que está acontecendo nas áreas onde existem conflitos entre indígenas e não-indígenas.

Nesse meio tempo, os senhores sabem, a CPI é um instrumento político, parlamentar, de investigação. E nós fomos convidados para compor a equipe técnica: eu, Rodinei Candeia, sou Procurador do Rio Grande do Sul; o Dr. Marcelo Xavier é Delegado da Polícia Federal; e o Dr. Fernando Rocha é Consultor da Câmara Federal.

Qual é o nosso trabalho? O nosso trabalho é dar esse suporte jurídico e técnico para que os Parlamentares possam tomar decisões da melhor maneira possível. Então, o nosso trabalho não tem viés político. Para os senhores entenderem, nós não temos nenhuma vinculação, todos somos servidores de carreira. O nosso trabalho é coletar as informações, levá-las para os Parlamentares e deixar que, em função disso, eles decidam.

Então, nesse sentido, eu quero agradecer também ao Frederico, da FUNAI, à Larissa e ao Admar, da Secretaria de Direitos Humanos do Estado, pelo convite. Eles nos solicitaram que viéssemos até aqui para ouvir os senhores. Na verdade, já tínhamos agendado a visita, mas, com essa solicitação, fica ainda melhor fazermos esse trabalho. A ideia é entender o que está gerando esse grau de conflito, quais os problemas estão ocorrendo e como nós podemos sugerir encaminhamentos e soluções.

Portanto, eu queria agradecer especialmente ao Cacique Babau, que nos recebeu, e, em nome dele, saudar todas as demais lideranças. De imediato, eu já lhe passo a palavra, se o senhor não se importar, para nos explicar a história dessa comunidade, o que está havendo, enfim falar tudo o que o senhor quiser nos falar.





E, se o senhor nos permitir, à medida que o senhor for falando, vamos pedindo mais esclarecimentos.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Os meninos de Olivença também vieram. O Cacique Valdenilson está presente. Está presente também o Cacique Ramon. Pelo que eu saiba, só esses dois caciques vieram da praia pra cá. Bom dia a todos e todas. Sejam todos bem-vindos. Aqui é a casa de tupinambá. Então, é a casa de todos nós, onde vive tupinambá, nosso altar sagrado, nossa serra. É o local de informar, de se informar e o que for preciso. Que bom que vocês vieram à região e vieram até aqui também pra nos ouvir. Eu ia querer que, primeiro, o Valdenilson, os meninos falassem, mas vocês pediram também um breve histórico de nós, não foi isso? Dentro de um breve histórico, eu acabei de... Vou ficar em pé. *(Riso.)* Mandei até buscar o documento, eu fiz um documento recentemente, um documento realmente falando, historicamente, sobre nós, e mandamos pra todos os órgãos aqui no Brasil e fora do Brasil. Realmente, é um documento passo a passo, pois, por causa da discriminação que vivemos há gerações, as pessoas se acham no direito de acusar quem é índio, quem não é índio, falsos índios, falso aquilo... Eu acho que os senhores estão *(ininteligível)*. Outra hora é porque a FUNAI está fabricando índio ou porque antropólogo está fazendo isso, fazendo aquilo. Eu acho que isso é uma coisa que as pessoas ouvem muito. E tem hora que a gente tem que dar resposta mesmo, pra deixar bem claro que isso não é. Então, depois da vinda da União Europeia aqui, de a gente ter dado vários relatos sobre nós, depois de a ONU ter vindo aqui há poucos dias — acho que há menos de 3 meses a ONU esteve aqui para nos ouvir —, nós tivemos de fazer também um breve relato, fazer tudo. Nós fizemos um documento aberto e inclusive o mandamos para a França, porque os franceses ajudaram a eliminar um pouco dos tupinambás; mandamos para a Holanda, porque os holandeses, aqui na Bahia, fizeram um estrago nos tupinambás — nós conseguimos expulsá-los, mas eles fizeram um estrago; mandamos também para Portugal. Cobramos de todos esses países que se pronunciassem, pois nós somos a etnia mais antiga de contato no Brasil e somos a etnia que até hoje sofre ataque governamental constante. Seria simples dizer: “É o fazendeiro”. Mas não é assim, nós sofremos ataque governamental há 516 anos. O fazendeiro apenas acompanha o que vê o Governo executar contra nós. Então, nós somos um povo





que todos sabem da nossa existência. Todos sabem onde a gente mora. Quando fizeram uma demarcação, tentaram nos matar. Quando fizeram uma demarcação de 50 léguas para nós aqui na região, em seguida tentaram nos eliminar de vez. Então, a nossa história começa por aqui. A nossa região é o sul da Bahia. Não é uma região escravocrata negra, é uma região escravocrata indígena. Quando os portugueses se apossaram de Porto Seguro, de lá para cá eles pegaram vários indígenas e conduziram para fazer trabalho escravo para eles, mas nós não topamos ser escravos, e houve enfrentamentos. Aqui em Olivença, a Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi a maior exportadora de açúcar do Brasil na época, tudo produzido por mão de obra indígena. Só que tupinambá, tupiniquim, guerém e outras etnias se rebelaram, destruíram os engenhos e voltaram à estaca zero. Então, isso gerou a Batalha dos Nadadores. Eu acho que foi em 1554 ou 1569, por aí. Eu não sei a data exatamente, mas foi em 1500 e alguma coisa. Na primeira batalha, ficou uma légua de índios mortos, como declara o próprio Mem de Sá em documento. Essa briga perdurou durante anos. Os tupinambás blindaram a região de tal forma que os invasores não conseguiam entrar. Até se chegar ao século XVII, quando foi criado o aldeamento. Todos sabem, historicamente, que Ilhéus ficou impedida de avançar para essas partes de cá. Ficou sempre um povoadozinho restrito, porque os tupinambás governavam a região, viviam bem. Porém, eles querendo avançar e se apossar da nossa agricultura, porque nós somos um povo agricultor. No Brasil, eu sei que os senhores sabem, mas eu posso citar, há índios nômades, índios coletores, índios agricultores. Nós tupinambás somos índios de guerra e agrícola. Nós formamos ocupações tradicionais, com praticamente 3 mil, 4 mil, 5 mil índios vivendo, subsequentemente, no mesmo lugar, com uma ampla relação. Essas questões foram, então, implantadas. Como destruir o sul da Bahia? Então, foram criados os aldeamentos jesuíticos. Os padres começaram a trazer outras etnias rivais e colocar para o conflito generalizado entre os tupinambás e os índios inimigos. Os tupinambás e os tupiniquins, apesar de ser povo congêneres, falarem a mesma língua, terem as mesmas crenças, a mesma cultura, então são tupinambás amplos, guerreavam entre si. Eles tratavam sempre de colocar um próximo do outro para provocar o extermínio dos dois. Porém, todo ser humano — índio, cigano, negro ou branco — vai evoluindo e vai vendo que alguém o está usando. Na nossa





cultura a gente pode fazer diversas funções. Então, uma das coisas que os velhos nos passaram durante anos foi: *“Quando percebemos que íamos ser exterminados pelos nossos inimigos, que traziam índios de diversos pontos para guerrear, os tupinambás convocaram uma grande assembleia dos povos indígenas no sul da Bahia e fizeram um ritual que unificou. Não deveriam mais brigar entre si, porque tupinambá, por ser um povo de proteção, pode conversar com qualquer índio inimigo e chamar para um acordo, conversar e formar alianças duradouras”*. Aí os índios, aqui no sul da Bahia, pararam de guerrear entre si e de se matar. Então, vem o aldeamento. Percebendo que o aldeamento estava fazendo função contrária ao que a Coroa Portuguesa queria, deram, então, por extinto o aldeamento jesuítico, porque parte dos índios, como nós aqui da serra e outros, não aderiu ir para dentro do aldeamento, ficou em torno do aldeamento, vivendo na Barra do Una, do Maruim, subindo, mais Terra Nova. Então, pegando ali da região de Boipeba, Rio Una, Camamu para cá, tudo é aldeamento jesuítico tupinambá, passando aqui por Olivença. Aí o que ocorre? Eles dizem: *“Então, vamos extinguir o aldeamento, uma vez que os índios pouco param dentro do aldeamento, circulam a região toda, continuam lá, e a gente não pode ocupar a região”*. Então, eleva à condição de vila, Olivença foi elevada à condição de vila. Ao elevar Olivença à condição de Vila, tinha uma questão administrativa, porque não era uma vila comum, era uma vila administrada pelo Estado. Eu estou evoluindo porque, se a gente for contar passo a passo, a gente não vai terminar hoje. Então, o que ocorre? Quando cria a condição de vila, duas Câmaras de Vereadores passaram a funcionar: uma em Ilhéus e outra em Olivença — isso aí são documentos antigos e tudo o mais. Os índios ainda viviam pelados, andavam ali à vontade. Era uma vergonha para os não índios verem mulheres e homens nus. Então, para fazer uma transição segura, eles queriam que os índios utilizassem roupas. Nesse período pegaram um dos indígenas, que, na época, já era vestido, Nonato do Amaral, e deram a ele o título de capitão. Então, ele passa a comandar, como é o nome aqui na nossa região, os coronéis. Deram uma patente de coronel a Nonato do Amaral, para que ele passasse a gerenciar os índios. Ou seja, nem respeitaram a organização social dos índios, como os índios se organizavam, como todos os tupinambás e os que não eram tupinambás viviam dentro do aldeamento, uma vez que o aldeamento jesuítico Nossa Senhora da





Escada tinha oito etnias aproximadamente, nessa época, convivendo praticamente junto, cada uma em uma região, mas todos ali. Então, grande parte dos indígenas se depara do aldeamento, deixando só os índios que estavam mais envolvidos no policiamento dentro do aldeamento, e os demais ficam na floresta, vivendo sua vida tranquila. Porém, chega um juiz depois. E vendo que Nonato do Amaral não tinha conseguido também o objetivo, que era fazer os índios falarem corretamente, 100% o português, fazer o que eles queriam, então ele resolve cassar a Câmara de Vereadores de Olivença e eleger um grupo todo de Vereadores brancos para fazer os índios cumprirem o que eles queriam. Porém, isso não deu muito certo. Houve uma revolta no aldeamento. Então — aí já vila —, quando eles trazem essas pessoas para tomar posse, os indígenas todos lá se rebelam, matam todos, esquartejam e colocam dentro da igreja, alegando que os padres estavam envolvidos com a destruição do território. Então, é claro: se índio perseguido faz uma ação dessas, vocês devem saber que a reação foi monumental aqui na região — contra. Então, pelo que a gente sabe bem da história, os parentes relatam bem, Nonato do Amaral foi preso e mandado para Salvador. A prisão foi tão brutal que, poucos anos depois, ele morreu, não aguentou. Mas já tinha outra sequência de luta na região: eles queriam fazer uma ponte. Nossos parentes, então, chamaram o Caboclo Marcelino, que não concordava muito com aquilo. Começou a organizar os indígenas em todo o território para que aquilo não acontecesse em 1926, para que isso não pudesse, de fato, acontecer, porque, se fosse criada a ponte passando para cá, para Pontal, vindo para o sul, para a nossa região, seríamos destruídos. Então, houve um enfrentamento para que isso não acontecesse. Ele foi altamente criminalizado, e todos os indígenas que estavam com ele foram criminalizados. E, como não conseguiram chegar até ele, foram matando e torturando todos os indígenas que encontravam pela frente. Então, o Marcelino foi preso algumas vezes, foi solto. Depois, o Ministério da Guerra também, automaticamente, em 1926, reconhece os tupinambás; faz um pedido de demarcação de 50 léguas na região para tupinambá, pataxó e aricobé. Porém, a cidade de Itabuna, que se movimentava politicamente, como é hoje na região, tudo ainda é política, declara guerra à demarcação, para cancelá-la a qualquer preço. Todos os indígenas na região passaram a ser atacados, porque o Governo usou tudo o que pôde para atacar, e







alegaram que nós, tupinambás, éramos comunistas. Não sabíamos nem mesmo falar o português, e, do dia para a noite, os nossos familiares viraram comunistas por dizer que a tal Coluna Prestes tinha passado na região, estava associado; que Marcelino era lampião do sul da Bahia. Todos tinham que ser mortos. Então, tinha um tal partido — não sei —, que era chamado Integralista, na região que cuidava dessa questão de divulgação na imprensa, na mídia, para criminalizar ainda mais, que informava as milícias de ataque. Porém, naquela época era muito mais difícil conseguir chegar... Estou dizendo isso porque a floresta nos protegia muito, mas essa batalha foi até 1938 — essa batalha foi até 1938, ela se sucedeu aqui. Nós tivemos a ocupação do pessoal de Getúlio Vargas aqui, quando mataram centenas de indígenas e os esconderam. A demarcação, logo depois, foi reduzida a 54 mil e 100 hectares, que é Caramuru, mas nós rejeitamos, não aceitamos ir lá nunca. Nós falamos: *“Bote-os lá; nós vivemos onde temos nossa cultura, nossa tradição, nossa religiosidade”*. Então, o enfrentamento continuou sem parar. A demarcação de 50 léguas passava por aqui, viu? Ela pegava aqui, só que iria excluir a praia, e tupinambá jamais pode ficar sem praia. Temos tupinambá da mata e tupinambá da praia. Você sabe, Val, o que não é pescar, tirar suas piaçabas? Tupinambá da mata sabe caçar, sabe andar nas terras, sabe plantar, sabe fazer uma série de coisas, e sabemos pegar caranguejo. Por isso, temos os nossos sítios na praia e vamos lá constantemente. Só não sei pescar no mar. Nós não sabemos pescar no mar, ao contrário dos da praia. Mas, quando precisamos fazer rituais, nós dependemos da praia, e eles dependem das serras. Então, os tupinambás se rebelaram; morrem, mas não vão. E aí começou uma questão — até seria bom que a CPI pudesse aprofundar também essa questão —, aconteceu uma coisa muito estranha aqui na nossa região nessa época. O fato de a polícia não ter êxito sobre os índios na Serra do Padeiro e na Serra das Trepes, e eles estarem combativamente enfrentando, então esses índios eram chamados de bandoleiros, eram chamados de bugres, eram chamados de tudo. Porém, de uma hora para outra, aparece, segundo os parentes, o relato de um corpo jogado na Barra do Una, um cadáver em decomposição. Depois da chegada desse cadáver, o relato dos parentes é que adoeceu o Rio Una até chegar às suas nascentes. Adoeceu o Rio Maruim, adoeceu o Rio Cipó; os macacos, na floresta, começaram a ter febre e morreram; os animais





bebiam água do rio e morriam. A gente tinha que buscar água escavada em poço. Infectaram os rios locais, e a mortalidade foi generalizada aqui na região, a ponto de meu avô... O meu bisavô e o pessoal tinham muitas esposas. O meu avô chegou a ter 32 filhos; numa época, tinha quatro esposas. Na época, morreram todas as esposas, morreram todos os filhos. Teve que fazer uma nova geração. Quase fomos extintos por uma doença que chegou aqui e não só matou homem, mas também animais. Os peixes dos rios, os mais velhos sempre falaram que, quando chegavam ao rio para pescar, os peixes, com os olhos amarelos, viravam a barriga assim, com a barriga cheia de água, viravam e morriam. O peixe dava febre dentro da água. Até hoje, a gente não entende que negócio foi esse. Porém, essa doença se aprofundou muito mais em 1945, período da Segunda Guerra Mundial. Estranhamente, nós tínhamos vários enfrentamentos. Por quê? Una está aqui. O Dr. Almeida, Delegado de terra, comandava a região. Na época, a esposa dele era uma alemã. Eu não sei como, anteriormente, eles tinham vendido metade do Município de Una, aqui onde a gente vive, para os alemães. Porém, por causa da Segunda Guerra Mundial, eles não puderam entregar aos alemães. Mas não sei por que cargas-d'água — não me pergunte, porque eu não sei explicar —, de repente, o local, que era para os alemães, virou uma colônia de japoneses. Para destruir as nossas aldeias daquela região toda, fundaram uma colônia japonesa, onde os nossos parentes, os nossos familiares viviam e ainda roçavam, porque era repleto de índios, até chegar a Canavieiras. Então, Una fez isso. O Dr. Almeida, o FBI agenciou para que ele, como Delegado de terra, fosse responsável por remover todos os índios da região, levar para o aldeamento de Santa Rosa, que é hoje Caramuru, Paraguaçu ali na frente, ou terra dos índios, que é Monte Pascoal. Ele tinha 180 homens à disposição para expulsar, matar, fazer o que quiser, sem ser punido. Ele era tudo: o juiz, o advogado, o promotor, o executor. Então, o Dr. Almeida, na região, era tudo. Ele era chamado de Almeidão. E os pobres, que não sabiam que ele não tinha diploma algum, tinham que chamá-lo de doutor, porque aqui a regra é esta: doutor, doutor, doutor. E por quê? Porque todos esses cabras queriam as regiões onde a gente morava. E aí o Dr. Almeida solta documento, jornais, mandando convocar pessoas para morar numa região atrasada, onde só vivem alguns índios, e que precisa desenvolver a região. E aí eles buscam, em Sergipe, dezenas de famílias, centenas de famílias; e







buscam uma quantidade enorme de capixabas e os trazem, que é a formação da cidade de Itabuna. Os capixabas escravizavam os índios para tirar madeira. Os sergipanos tomavam as terras registrando, documentando, porque os de cá só queriam tirar madeira, extrair madeira e levar, levar o máximo que tivesse para montar serraria; extrair e ter mão de obra. Os de cá queriam legalizar a terra, em Una, e expulsar. Foi aí que houve outro impasse dentro dessa (*ininteligível*). Nesse período que eu estou falando, o Marcelino já tinha sido preso e mandado para o Rio de Janeiro. Ele teve que se entregar para que viesse remédio, para que a gente não fosse extinto. O Governo falou que só mandava remédio para nós se os líderes se entregassem. Então, os que não foram mortos se entregaram, foram presos e mandados lá para o Rio de Janeiro. Até hoje nós não sabemos o que aconteceu com os nossos índios que foram mandados para o Rio de Janeiro, presos como comunistas, como índios comunistas. Lá na frente vocês vão saber por que eles nos chamavam de comunistas. Então, olhe o tamanho da barbaridade: Una tinha um centro de tortura montado para forçar... Hoje, se vocês chegarem a Una e perguntarem a qualquer idoso ali, eles vão dizer: *“O Dr. Almeida tinha um tanque de água de aproximadamente 1,5 metro a 2 metros de profundidade. Nele tinha...”* Na região, quando se pegava um índio: *“Olha, o índio foi acusado de roubo. A gente deu a terra do Sr. Fulano de Tal, e o índio passou e roubou um cacho de banana. Então, mande prender”*. Chegavam os homens, pegavam aquela família e levavam para lá. Botavam crianças e mulheres para arrancar a chamada vassoura-de-relógio com a mão, até sair sangue da mão — ou confessava que roubou ou não. E o homem botava para mergulhar e pegar aquele bendito peixe, aquele bendito beré, com a mão. E aí não tinha jeito: se você não pegasse o beré, você provava que era ladrão; se você pegasse, você provava que era ladrão, porque você conseguiu pegar um beré dentro da água. Agora me diga: como é que alguém vive sob uma circunstância dessas? E se alguém acha que eu estou mentindo é só ir a Una e pegar os registros. Essa estrada de Una, que liga a BR-101 a Una, os índios da selva, os parentes da região aqui, foram todos obrigados a fazer na enxada, como escravos, aprisionados. Os que se rebelavam, todos os dias sofriam ataques, tiros, morria um e outro. E nós somos partes dessas famílias que enfrentavam e que não admitiam. O Dr. Almeida, inclusive, resolveu ainda emprenhar algumas índias, casar





com algumas índias, e teve alguns filhos — Acácio, Índio, Carlos Cuiti —, os quais ele mandou junto, porque não podia ficar junto com a esposa alemã, para serem aldeados em Caramuru. E só em 1951 foi tirado de lá, na seca de 1951. O documento do Museu Nacional está aí, para provar onde recebemos terras e como. E aí dizia: *“Índios provindos de Olivença”*. Eles eram removidos e mandados, e o Dr. Almeida era o responsável. Então, de uma hora para outra, alguém — um grileiro ou uns grileiros — resolveu documentar essa região toda aqui e dizer que era deles. Eles registraram, tiraram um documento lá de titularidade, dizendo que era deles. Então, nossos avós reuniram o restante da família, desceram até Una e ocuparam o Una inteiro. Por quê? Porque a terra de Una é feita por nós. Tudo aí era região nossa. A região aqui é repleta de índio. Então, na época, o meu avó desceu. Chegou lá o Dr. Almeida e teve de negociar. Ele falou: *“Ou mata todo mundo ou morre todo mundo! Agora nós não sai de nossas terras, porque ali é o nosso lugar sagrado, onde nós faz a nossa religião, a nossa cultura. Então, nós não vai sair e ninguém não comprou nada não. Toda vida viveu nós”*. Foi aí que saiu um acordo, e eles deram, para que a gente não saísse, o ITR. E tiveram que fazer um acordo, para não ter uma... E deram ITR para várias famílias: 5 hectares para um, 200 hectares para um fazendeiro; 10 hectares para outro índio, 300 hectares para outro fazendeiro; e assim sucessivamente. Quem foi que fez essa distribuição da terra nossa para a mãe de Dr. Almeida? A família Badaró. Quem foi ele? Paulo Badaró e Vítório Badaró. Esses foram os agrimensores responsáveis por redistribuir a nossa terra, a nossa terra! E aí a situação ficou muito difícil, porque a gente ficou com pequenas terras e tinha que pagar imposto. E índio nenhum sabia que tinha de pagar imposto. E, mesmo com pequenas terras, começaram as terras a ser tomadas. Por exemplo: *“Você não pagou o seu ITR. Você não está pagando, você não está contribuindo, então tem que...”*. E, assim, essa foi e é a nossa vida. E chegamos até aqui. Nós colhíamos cacau, porque a gente plantou muito cacau nessa região toda aqui. Foi a família da gente que plantaram os cacau. Fazendeiro aqui não plantou nada. Eles fizeram renovação, através da CEPLAC. Tomaram vários empréstimos, fizeram renovação através do CEPLAC. Agora, plantar mesmo... Aí o que ocorre? Eles chegavam, os fazendeiros. Depois, quando conseguimos entender mais ou menos que a gente tinha que pagar, todo ano a





gente tinha que ir em Una e saber o que a gente devia, para poder continuar em casa, sem ser expulso. A gente tomava empréstimo, fazia qualquer coisa, alguém ajudava, e a gente pagava; sendo que até 85, 86 e início de 90, a maioria dos índios ainda não ia na rua fazer compra. Os não índios que viviam aqui que vendiam o nosso cacau, vendiam a nossa farinha, vendiam a nossa banana, compravam a nossa roupa, compravam a nossa comida e entregavam pra nós. Então, quando a gente tinha muito cacau, chegava lá um fazendeiro, que era vizinho, ia lá em Una, registrava uma queixa — e isso aconteceu muito com Tia Zilda. Ave Maria! Eu era pequeno assim e via aquela ruma de policial chegar, tudinho armado, em cima dela — e dizia assim: *“Olha, os índios acabou de roubar. Meu cacau está secando na barcaça. Você vai lá que tem tantas barcaças cheia de cacau. O cacau é meu, e eles roubaram!”* Pronto! A polícia já subia. O delegado era o Magnejane. Nós sabe o nome de cada um de nossos inimigos. De 1500 para cá nós vamos lembrando de praticamente tudo. Aí, então, Magnejane subia com a polícia, metia as armas em cima dos parentes da gente. E aí a gente com o cacau seco, cruzava os braços, todo mundo. Eles enchiam, botava, o fazendeiro levava, e a gente ficava na roça com fome, tendo de comer banana e pegar beré para comer, porque a gente não podia revidar; se alguém revidasse, morria. Outros eram expulsos: *“Ah, não, a terra daquele índio é boa: tem muita água, tem caça, o cacau dele dá muito. Vamos tomar!”* Tomaram ali onde é aquele Hotel Cana Brava — aquela belezura que é hoje. Ali é uma área de 600 hectares de terra pertencentes às famílias da gente. O índio vivia lá em paz. Um delegado de Ilhéus queria comprar aquilo a qualquer preço. E ele não queria vender. O que foi que fizeram? Soltaram um preso lá, mandaram o preso vir roubar um parente; o parente pegou uma espingarda velha soqueira, deu um tiro e matou o cara. O delegado chegou: *“Ó, para eu não te prender, você me dá a roça e vai embora! Pronto! Para você não ver sua família toda presa e todo esse negócio.”* Ele entregou e veio embora. E assim a nossa vida foi sucedendo. A Fazenda Palmeira aqui, nós enfrenta um conflito generalizado para segurar Marcelino aqui e todas as áreas de terras que nós tínhamos aqui. Pedro Pinto, Pedro Colega, tudo morava ali. Nós era dono daquilo tudo ali. O Governo prende Marcelino, mata nossos parentes e, no mesmo ano, dá um título de terra para o branco, em cima da nossa terra, em cima de nossa casa. A gente não teve nem





direito de dizer: *“Isso aqui é nosso!”* E assim foi se dando. E aí nós criamos um anticorpo: como sobreviver? E aí a nossa cultura, a nossa cultura disse: *“Vocês vão ter tudo de volta, a qualquer preço. Vocês só precisam acreditar. Vocês têm pouco índio no momento, porque morreram muito; vocês se multipliquem, casem, tenham filhos, se organizem e vocês vão ter. E não esqueçam de nossos encantados. Sempre façam ritual para Sultão das Matas, Eru, Beri, Gentio, Tupinambá”*. As pessoas, quando a gente fala em Tupinambá, falam: *“Tupinambá, Tupinambá”*. Nós somos filhos de Tupinambá. Tupinambá é o encantado supremo. Ele é muito poderoso. E ele é que nos guia. Cada aldeia é da mesma forma. Então, quando a gente fala aqui, a gente está falando da sucessão de clãs, porque o nosso povo tupinambá é um povo de clãs. Cada aldeia tem um encantado comandante, dedicado a eles. Então, nós nos organizamos, fizemos muito ritual de proteção e nos mantemos. Foi mantendo. Os velhos foram morrendo, foram passando todas as informações aos novos. Quando chegou perto da época de a gente começar a enfrentar a situação que se encontra hoje, antes de meu avô morrer — e ele era o pajé — ele reuniu na casa velha que está ali na frente — se vocês quiserem fotografar a casa velha, podem fotografar, porque ela está de pé —, chamou eu, o meu irmão mais velho e minha irmã Magnólia e disse: *“Olha, até hoje nós, povos tupinambás, perdemos nossa terra não porque o outro é melhor do que nós, não porque o outro é mais valente do que nós, não; é porque eles têm um conhecimento que a gente não tem. Então, a partir de hoje vocês vão estudar na escola do branco, adquirir o conhecimento do branco e pedir de volta tudo o que é nosso, requerer o que é nosso de volta”*. E nós somos obedientes. Nós fomos estudar na escola de branco, mesmo sendo chamados de burros, chamados de caboclos burros, de ruma de índios idiotas. Olha, ouvimos todo tipo de nomes. Todo tipo de preconceito nós sofremos nessas escolas locais. Mas nós estudamos. Quando vimos que aqui não dava condição mais de estudar, porque a situação ficou muito ruim — e os políticos todos dificultavam nossa chegada, nós tínhamos que ir a pé daqui para Buerarema, para estudar naquele Colégio Enedina —, porque ao chegarmos lá tinha gangues querendo matar a gente, porque é da roça; eu fui pra Porto Seguro, ali pra Cabrália, concluir o meu ensino médio, informação geral que é em nada. Minha irmã Magnólia foi para lá e também concluiu junto comigo. Os nossos encantados falaram que era





época de a gente lutar, porque os índios no Brasil estavam começando a ser extintos. E Tupinambá dizia que não era hora mais se se esconder, não; era hora de voltar, dizer pro Governo o que queria. E outra coisa: que não arrumasse curva na estrada, não; que fosse direto e objetivo: *“Queremos nossa terra, nosso lugar; e viveremos lá, ou morreremos lá”*. Então, nós procuramos o Governo e dissemos ao Governo: *“Aqui, ali”*. E dissemos para o Governo o que o Governo ia fazer. E o Governo fez tudo o que nós dissemos. Nós dissemos: *“Olha, vocês vão repetir tudo o que nossos inimigos fizeram. Só porque nós aqui, na Aldeia Tupinambá Serra do Padeiro, não agredimos ninguém, não ofendemos ninguém, mas também não baixamos a cabeça para ninguém e nem pedimos esmola a ninguém. E pelo Brasil ser um País colonizado, as pessoas que governam querem pessoas que peçam favor. E se não pedir favor não é bem-visto. Então, vocês não vão ver nós como bem-vistos, e vocês vão fazer isso e isso”*. E eles fizeram cada coisa que eu disse pra eles que eles iriam fazer. Primeiro, foi o ataque na hora do estudo da demarcação. A violência que ficamos sofrendo, a pressão que ficamos sofrendo. Estou aqui para deixar claro: vimos índio sendo assassinado, coisa que não acontecia. O Governo matou, matou, matou, depois todo mundo começou protegendo, vivendo, tocando... E os agressores, toda hora... Como o Ângelo Calmon de Sá, que quis tomar a região toda, aqui, comprou área aqui tudo para gente não querer vender, entre outros. Vou evoluir porque, senão, vai tomar o tempo todo. O menino pediu para a gente não... A gente tem que conversar bem. Eu vou conversar um pouco, bem mais focado, para não citar tantos nomes. Então, a gente foi dizendo para o Governo o porquê. Eu digo: *“Olha, de 1926 para cá, nós fomos atacados o tempo todo por uma forma prática de viver”*. Os nossos avós criaram a gente dizendo assim: *“Olha, você morra de fome, mas não peça comida a um branco. Você chegue: se deu fome, vai num rio, pegue uma piaba, um beré ou pegue uma caça, e faça seu trabalho. Agora, se faltar qualquer coisa, coma o capim, porque os bichos comem capim e engordam. Mas não façam!”* E a gente aqui não fez. Então, nós temos que trabalhar o quê? Coletivamente, em famílias. Então, como nós trabalha coletivamente, produz mais. Se vai 20 homens trabalhar numa roça de 1, se vai 20 trabalhar ali e fazer uma grande área em que todos vivem, aí é claro que todos ficam com raiva de quem trabalha coletivamente. Quando se vende, um não







trapaceia o outro. Na hora que vende — e até hoje aqui funcionamos assim — vende o produto, distribuimos. Primeiro, nós distribuía 100% entre todas as famílias. Depois voltava, trabalhava de novo e assim sucessivamente. Agora, hoje em dia, depois que a gente inicia a luta pelo nosso território, como a gente não queria depender de ONGs, de entidades, não depender da FUNAI... E a gente precisa da FUNAI para fazer a demarcação, que é o que a Constituição garante; ou seja, que é através da FUNAI que se faz o plano de demarcação. Mas qual foi a primeira coisa que nós falou para a FUNAI quando ela nos disse: “*O que é que vocês precisam?*” “*Nós precisa que vocês demarquem nossa terra*”. “*Vocês estão com fome?*” “*Não, a comida da gente, a gente se vira e compra. Deixe nós*”. Então, nós sempre se colocou em uma posição bem direta. Então, como é que nós vamos andar? Como é que nós vamos para Brasília? Vamos pedir a alguém? Não. Vamos trabalhar. Como é que nós vamos? Nós vamos fazer uma roça de mandioca coletiva aqui. A gente arranca, vende a farinha, depois nós aluga um ônibus e vai lá. E assim nós ganhamos autonomia. E sempre foi assim. Então, nós foi o alvo principal aqui. Eu acho que os senhores veio aqui, mas acho que puxaram bem o relatório Tupinambá de Serra do Padeiro. Então, viram que a coisa aqui, nada veio de graça, nada foi fácil. FUNAI e FUNASA passaram 7 anos sem aqui pisar durante esse processo, porque nenhum deles concordava muito. Queriam que a gente fosse índio pedinte de FUNAI. E nós disse: “*Nós nunca vivemos em órgão nenhum pedindo; nunca pedimos a ninguém e nós não vamos pedir. Nós queremos uma FUNAI que demarque terra para nós, mas que deixe nós em paz, para nós chegar à nossa pedra e, sem ter nenhum branco invadindo, poder fazer nossos rituais; para nossos filhos crescer livremente, praticando nossas coisas, sem ninguém estar mangando, falando mal, dizendo que a gente está cultuando o cão, cultuando o demônio; porque nós nunca disse que o outro tá cultuando isso*”. Então, a gente não quer que a violência do dia a dia seja aplicada todos os dias em cima dos nossos filhos, para que a gente passe a ter vergonha. Digo isso porque os índios até poucos dias tinham medo de dizer que era índio. Centenas de índios tinham medo, porque teve orelha cortada, corpo perfurado de faca, mulheres espancadas... Diziam que a gente era comunista. E por quê? Por causa dessa nossa forma de vida. Porque nós temos essa forma de vida. E não precisamos falar, só basta viver com nós aqui no dia a







dia. Aqui nós não tem alcoolismo, aqui nós não tem droga, aqui você pode parar. Quando foi que morreu alguém aqui na serra de morte matada?

**(Não identificado)** - Nenhuma vez.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - De morte natural, quanto tempo? Anos! Aí nós falamos para o Governo: *“Ó, nós tivemos muita morte aqui em 2004, de 2003 para 2004, porque nós aceitou que a FUNASA fizesse a saúde segundo a ordem do Governo”*. E eu digo: *“E aí naquele ano nós tivemos 17 índio morto e nenhum nascido vivo”*. Nós tivemos uma retração em todos os sentidos aqui na comunidade. Aí nós falamos: *“Só vai funcionar uma saúde na nossa aldeia se obedecer a forma cultural do nosso povo. A forma que nós sempre praticamos”*. Quando o Governo aceitou a forma que nós faz, então, desde 2005 até hoje, nenhuma mulher morreu mais de parto, não morreu nenhuma criança por desnutrição. Só os idosos que teve morte, mas tem um bom tempo aí. Morreram os idosos, mas todos acima de 80 anos, todos acima de 80 anos. Então, a gente somos esses. E aí é claro que ninguém chuta cachorro morto. Como a gente funciona, a gente vive numa casa, não tem medo de morrer, não tem medo de enfrentar a realidade dentro da casa... O menino estava conversando com nós ali nesse instante sobre a questão do tráfico de droga. Nós estava aqui numa situação violenta. Os que se diz fazendeiro grande, nenhum morava aqui; só pequenos produtores e nós. Só que os fazendeiros grande não morava, não paga funcionário, mandava o quê? Meeiros, supostos meeiros. Aí os cabra traficavam. Com os índios eles não mexia muito, mas com as famílias não índias era uma barbaridade. Ah, isso aqui virou uma barbaridade. Agora, quando a gente chegava na estrada ali, era contado o dia da semana que a gente não achava um cadáver jogado, uma situação desesperadora. Madeireiro falou que a gente estava lutando pela aldeia; então, ia mostrar para nós que nós ia receber uma terra morta, ia tirar tudo que era madeira. Aí, olha: veneno era jogado no rio para matar os peixe — e pegaram os pitu e os negócio. A madeira era nossa. E nossos encantados chegou e falou: *“Olha, a situação de vocês é essa e é essa. Vocês não têm que ouvir Governo, ouvir ninguém, não. Vocês vão fazer a luta de vocês. Vocês vai requerer o direito de vocês, e esse mal tem que sair de junto de vocês”*. Então, em 13 de maio de 2004, nós entramos na primeira área. Aqui é importante: o índio tem uma área aqui, o fazendeiro tem uma área aqui, e o índio





tem uma área do outro lado. Estão todos impresados entre nós — somente que nós temos 4 hectares, e eles com muito; a diferença é só essa. Então, nós pegamos a primeira área em que o cabra há mais de 30 anos não aparecia, e a situação estava muito grave na região. Oxe, é engraçado: tinha 30 anos que a gente não conhecia ninguém na região; quando nós entramos era um domingo, mas numa terça-feira já apareceu mais de 10 donos — tudo armado. E a gente estava com mais de 60 índios e disse: *“Nós está com medo de quem aqui?”* Eu disse: *“Meu amigo, você não vai ficar. E aqui ninguém vai desmatar mais, não. No Rio Una os pescador começaram a ir embora. Você não vai jogar mais veneno no nosso rio, porque quem vive aqui é nós”*. E os pequenos produtores, os que viram a gente, falaram: *“Rapaz, nós está morrendo junto com vocês. Nós vai ajudar vocês também. Vocês não vai deixar isso aqui não, porque a gente está morrendo”*. Caçadores vinham de Itabuna, com três ou quatro caminhonetes, tudo com rifle e matava tudo. Aí nós não tinha mais caça para comer, peixe para pescar, não tinha nada. Quando os nossos encantado deu a ordem: *“É hora de botar a casa em ordem. Não tem que esperar demarcação de FUNAI, não tem que esperar Governo definir. A ordem veio de Tupã. A ordem veio para vocês: ou vocês fica com a terra ou vocês morre em cima dela. Agora, não vai deixar ninguém agredir a terra ancestral, onde vocês faz ritual”*. Nós disse: *“É para já. Pronto. É agora”*. Onde tinha madeireiro, nós ia, tomava e mandava o madeireiro ir embora. Quem disse que praticamos violência é mentiroso. Porque nós sempre agimos em grupo. Chega todo mundo e diz: *“Com licença, você não é bem-vindo. Vai procurar a FUNAI, vai procurar a polícia”*. E aí, sim, nunca saiu uma pessoa que tomou um tapa daqui de dentro. Nunca saiu. Aí, sim, a polícia foi. A imprensa, primeiro, me criminalizou, criminalizou minha família toda, criminalizou nosso povo todo para matar. Claro, como sempre, tinha milícia armada para nos matar. Como em vários pontos de tráfico de droga aqui, das áreas que eram usadas, como a gente expulsou os cara, é claro que nós arrumamos muitos inimigos. Esses inimigos todos viciados. Aqui não é engano de ninguém que tem muito bandido. Não é toda polícia que é bandida, mas tem polícia envolvida com bandidos, que dá sustentação para que o crime aconteça. E aí, quando a gente enfrenta, é claro que esses também viram nossos inimigos e vêm atrás de nós. E nós, como bom tupinambá, encaramos de frente. E falaram: *“Corre para Brasília”*. Eu





falei: “Nós não vai pedir ajuda a ninguém, não. Aqui é nossa casa. Se Brasília quiser, venha a nossa casa. Se alguém quiser, venha até aqui e converse com nós”. “Vão matar vocês”. Deixa matar, que todo homem nasceu para a terra comer, não foi para eternizar sobre a terra, não. Mas ele vai deixar na história como é que a família dele viveu. E tupinambá nunca viveu com medo de ninguém. E não é agora que nós vai ser coagido dentro de nossa casa, porque nós está buscando o nosso direito. Mataram o nosso padrinho Marcelinho por causa da demarcação de 50 légua. Então, nos matem também, por causa da demarcação de 47 mil hectares. Seria maior, e nós aceitamos a redução para 47 mil. Por quê? Nós falamos para ficar áreas para reassentamento de pessoas. Pensamos em todas as possibilidades para não ter nenhuma gravidade na região. Então, tinha mais de 600 famílias de índios daqui até chegar a Olivença — e de índios, não de cadastrados. E digo isso porque, graças a Deus, lá não existe cadastrado, existem índios. E justificamos em cima dessa terra nossa. Quando vêm essas agressões, aí nós sofremos. E o ataque não é porque a Polícia Federal atacou; se o Juiz manda, eles cumprem ordens. Concordam? Então, nós nunca tivemos ódio de vocês. Tivemos ódio de vocês? Mas teve enfrentamentos pesados aqui de... No currículo tem tupinambá e Polícia Federal. Não é isso? Não estou aqui para dizer que fulano é bonzinho e fulano é ruim. Não, pelo contrário: nós estávamos defendendo nossa casa, estávamos defendendo a lei do branco que ordenava que eles a cumprissem aqui dentro. E nós encaramos com todas as nossas famílias, sem temer, sem virar, sem correr, e dentro da nossa casa. Aí foi, foi, foi, foi até chegar às armadilhas graves. Aí, é claro, a gente não tem o mesmo recurso, os mesmos espaços. E aí, sim, começaram a armar esquemas de prisões, orquestrando coisas para dizer que era nós. Entre essas situações, em 2008, quando nós sofremos um ataque aqui da Polícia Federal — e aqui nunca foi retomado, aqui é parte desse lugar que recebeu aquele título naquela época; título, não, o ITR, porque eles nunca deram título para índio — foi o ITR. Então, nós sofremos o ataque aqui, que nós tem o eslaide e tudo. Estava a escola; cento e poucas crianças menores de 12 anos estudando; e a coisa foi legal: todo mundo se divertiu, todo mundo se divertiu. Não vamos aqui entrar em detalhes. Ninguém está aqui para criminalizar; nós estamos aqui fazendo um relato. Depois, como a gente somos nós, e nós fizemos as retomadas que necessitava fazer, todas





de grande porte. Fazendeiros têm 30, 40, 50 fazendas fora. Aqui dentro eles só tentavam empurrar a gente, para tirar a gente do pé da serra. Aí, na Santa Rosa, tivemos uma surpresa que até então não tinha tido, nós não tinha tido isso. E os parentes contaram muito isso, ou seja, que na época de Marcelinho, o que acontecia? Foi quando tivemos os índios torturados com choque elétrico por alguns policiais federais. Não me perguntem quem são esses, que eu não sei. Eu acho que nem o rapaz ali sabe quem são, porque veio polícia de todas as cantos, em 2009, na Santa Rosa. Aí, o que ocorre? A gente estava lá, a gente ligou. Estava a CPI lá em Brasília, nós ligamos para o pessoal. *“Rapaz, os índios chegou; torturaram e foi assim, assim”*. Mandamos para Brasília. Conseguimos que Brasília mandasse alguém buscar, ele fez toda a perícia em Brasília, comprovou. Nós temos todos os laudos, tudo aqui comprovado disso. Aí vai. Quando voltamos, continuaram armando. Em 2010, aqui na Palmeira... Até então o fazendeiro Alfredo Falcão vivia tramando, falando de nós. E nós nunca tínhamos mexido com ele. A gente deixou ele lá. A gente sabia que a terra era nossa, foi tomada de nós. Foi passada para o pai dele, mas tomada dos nossos parentes que foi morto. Fomos chamados de comunista. Então, as terras foram doadas para eles. Eu digo: *“Vamos deixar ele quieto, porque, pelo menos, ele faz propaganda da gente”*. Porque nós, tupinambás, acreditamos assim: o que fala bem da gente faz pouca propaganda porque só conversa entre amigos; agora, o que fala mal, não, conta para todo mundo, até para nossos amigos, para ver se nossos amigos se tornam nossos inimigos. Então, o tupinambá adora quando alguém fala mal da gente, porque, então, é sinal de que a gente está funcionando. Aí ele falava bem mal da gente e orquestrava tudo, organizava tudo e fazia tudo, junto com um rapaz que chama Araquém e outros lá de Olivença. Era um monte. Eu não vou citar o nome deles, porque tupinambá não gosta de citar nomes de adversários. Aí, meus irmãos vai para a rua fazer feira com o carro, eles cercam o carro, quebram, tentam matar meus irmãos, meus parentes. Vários índios aqui teve o seu carro quebrado. Está bom. Então, ele não quer mais ser nosso vizinho. Enquanto ele estava falando, conversando, O.K., porque isso é justo — a gente falar, a gente pode até se desentender, bater boca, um até falar mais alto que o outro. Agora, agredir não. Eu digo, a terra é nossa, e os índios estão precisando de terra para viver, e ali é lugar de escravidão. Ele bota 15 homem para





não ganhar salário direito. Ele está aqui; então, ocupamos. E nós já ocupamos sabendo que ele tinha parente na Federal, tinha parente no Judiciário, tinha parente em todo lugar e que a porrada ia vir segura. Pronto: e veio, veio. Todo dia nós tínhamos polícia aqui, dia e noite atirando em nós, dando tiro — eu acho que o Governo gastou uma grana preta com bala. E eles dando tiro em nós... Está certo. Eu digo: *“Nós temos os nossos encantados e nossas proteções. Se essas balas furar nosso corpo, é porque ela estava abençoada; a que não furar é porque não estava abençoada”*. Pronto. Nós não tem mágoa por quem nos mata, não. Não se preocupa, não. Só passa uma bala pelo nosso corpo se ela estiver abençoada. Então, vamos para a frente. E nós viu todo tipo de armação. Quando chegou a Federal, os índios todo olhando, roçando e tal. E veio um carro com vários homens dentro, os homens armados. Desculpem a expressão, mas a Federal estava vendo. Vieram junto com a Federal e botou lá. E nós olhando, porque nós não ocupa a sede, nós ocupa a terra, ocupa tudo. Não adianta mandarem uma reintegração de posse para uma sede, porque nós somos Tupinambá, nós ocupa a terra, o território. A casa é uma consequência, ou oca. A gente faz outra a qualquer momento. A gente cria, muda. Aqui para nós, é o mínimo. Como sempre nós já avisava que o pessoal aqui são de armadilha, eles manda 10 para a casa da gente, para nos provocar, criar uma situação, e manda 10 para a polícia dizer que a gente está atacando, para, quando a polícia chegar aqui, encontrar realmente o cenário montado. Então, a própria Procuradora ligou para mim: *“Babau, tem 20 agricultores aqui dizendo que vocês estão mantendo pessoas reféns”*. *“Pessoas reféns?! Já viu tupinambá fazer refém?! A senhora sabe muito bem que nós, tupinambás, jamais faz um refém. Primeiro, porque nós somos um povo de guerra, que não admite covarde de jeito nenhum — e só faz um refém quem é covarde. Quem usa o outro como escudo é porque não tem coragem. Então, a gente... E isso é mentira. Agora, só que realmente a Federal trouxe junto com eles, ficou aqui dentro 22 homens armado, bem armado. E eu garanto para a senhora que eu não estou lá, mas o índios que estão lá, antes das 7 horas... Eles não falaram que era para a senhora mandar a polícia? Pode mandar a Polícia Federal subir, porque antes das 7 horas da noite, com certeza, nós já desarmamos todos”*. Pronto. Os índios conseguiram desarmá-los. Eles mesmos trocaram tiros entre eles, porque não sabem como funciona uma







floresta, não sabem como funciona... A Federal que enrabou nós aqui e dava tiro sabe como a gente roda. Se eles brincar, um atira no outro e acha que está atirando em nós. Eles sabem que a gente não mente quando a gente fala nisso. E aí eles mesmos pegaram o carro e saíram se esbagaçando, virando, caindo com o carro, assombrado. Eu digo: *“Oxente! Meu avô dizia que quem conta caso de fantasma e não sabe contar fica assombrado”*. Aí foram embora. Quando a gente pegou as diversas armas, eu acho que eles achava que a gente ia ficar com aquela ruma de arma. Não. Nós ligou para a Procuradoria: *“Procuradora, venha buscar essas armas. Essas armas não é nossa, largaram aqui. Nós tem essa ruma de arma, muita cápsula não deflagrada, muito negócio. Então...”*. E eu digo: *“Não vamos deixar à toa, não. Nós vai esconder bem escondido, para entregar a uma autoridade”*. Aí armaram minha prisão, invadiram minha casa duas horas da manhã. E aí levaram eu para um presídio em Salvador, depois deram prisão até para o meu irmão que estava morto há 27 anos. Esqueceram que ele estava morto. Esqueceram de olhar o atestado de óbito. Então, deram prisão a ele. Aí o Gil, meu irmão, foi preso. Nós fomos mandados para Mossoró, Rio Grande do Norte, num RDD de Mossoró. Célia, minha irmã, foi levar o relatório para o Presidente Lula. Quando volta de lá para cá, a Polícia Federal botou ela num carro e prendeu. Ela foi acusada. Ela não sabia dirigir, mas foi acusada de sequestrar um caminhão. Aí ela foi presa com uma criança de dois meses. Ela foi jogada numa cela com uma ruma de mulher usando droga, e ela quase morre lá dentro. Tudo isso era para ver se a gente amedrontava. Mas eu digo: *“Poxa, esse pessoal esqueceu que tupinambá é fabricado na guerra. Quando mais perversidade faz com tupinambá, mais forte tupinambá fica, porque nós não vai morrer de medo. Nós vai morrer em nossa casa”*. E aí essa é a nossa sugestão. Então, agora chega! Aí avança todo o processo demarcatório. Nós vencemos todos os negócios. Sim, querem mais o quê? Nós tem toda a documentação nossa, de 1.500 até chegar agora. Temos participação em guerra contra os franceses, independência da Bahia, Guerra do Paraguai... Todo o tipo de conflito que teve pegaram os índios de Olivença e botaram os índios de Olivença para guerrear. Mandaram, voltamos, fizeram diversos acordos com nós. Tem aí na Câmara de Vereadores de Ilhéus vários documentos mostrando que eles não queriam ir para a Guerra do Paraguai, tinham que mandar os índios de Olivença, mandar não sei o







quê... Sim, agora a gente não pode provar, por preconceito do outro, como é que são as coisas! Porque eu fiz um documento e mandei dizer... Porque o Heinze, um Deputado, né, soltou um vídeo mandando dizer que vocês estavam vindo para a região, para tomar, devolver todas as terras aqui para o pequeno agricultor. Que pequeno agricultor?! O Heinze nem conhece aqui, nem sabe qual é a nossa região! Porque pequeno agricultor mora com a gente. Temos 212 alunos, filhos de pequenos produtores que estudam aqui na nossa escola junto com nós e divide escola. Com a saúde médica nossa, nós fizemos questão de atender todos os pequenos aqui. Nós falamos para a FUNAI, chamamos a FUNAI, chamamos o Ministério Público e falamos: *“Olha, na Serra do Padeiro nenhum pequeno produtor pode ser removido antes de ser reassentado pelo INCRA corretamente. Agora, os grandes produtores têm que sair todos. Agora, os pequenos agricultores têm que ser assim, tratados assim na região...”*. Não! Aí eu falo assim: *“Quer dizer que, de 47 mil hectares, tem uma ruma de gente querendo tirar um pouco mais de seis mil índios que nasceram e têm toda a sua história aqui? Não podem ocupar 47 mil hectares, mas Bumlai pode dizer na televisão que tem 260 mil hectares e fica fazendo acordinho para não perder nenhum metro? Tem outros aí com 50 mil hectares, 100 mil hectares; outro com um milhão de hectare. E nós, os filhos da terra, que nasceu e tem toda a sua geração?”* Aí sim, chega outros... Desculpe o Rio Grande do Sul, de que eu gosto muito. Tenho lá meus parentes Kaingáng lá, de quem gosto muito. Aí o Alfredo Falcão, que é lá do Rio Grande do Sul, de outros cantos de lá, chega aqui ontem e diz que nós não é nada, que ele sabe quem nós é e que nós temos que aceitar ser o que ele diz que é — e não é só ele, mas outros aí? Sim, quando nós não tinha dinheiro, éramos uma ruma de caboclo burro, caboclo besta, caboclo preguiçoso que é dono dessas terras tudo e deixa tomar, que aceita isso, aceita aquilo. Quando os índios besta resolve cobrar seus direitos, aí pronto, já deixam de ser índio, passam a ser falsos índios, passam a ser invasor de terra, passam a ser ladrão, passam a ser tudo o que tem de pior na face da Terra. Essa é a gravidade da situação! Se o Brasil cumprisse a Constituição, se o Brasil realmente honrasse a honra de ser brasileiro e pela contribuição que Tupinambá deu ao longo dessa invasão de 500 anos... O povo Tupi deu ao Brasil inclusive a condição de falar em Tupi. Teve o tupi guarani. Depois, várias outras leis vieram para substituir, respeitar





e demarcar não só os 47 mil hectares, mas pediam para demarcar ou criar um zoneamento de 47 mil hectares de água marítima para os Tupinambás pescarem. E lá não poderiam passar a rede de arrasto, para os Tupinambás da praia sobreviverem pescando e tendo peixe. Portanto, não faziam só uma demarcação terrestre, faziam uma demarcação marítima também, porque eu vivo cobrando isso da FUNAI e do Ministério Público: peçam uma demarcação marítima aos índios que vivem na praia. Desculpem eu fazer o relato, porque, se eu for falar tudo, era muito mais! Mas eu tive que saltar muita coisa. Desculpem, mas disseram que não tinha problema. Qualquer coisa, vocês fazem perguntas. Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cacique, por favor, eu só queria alguns esclarecimentos aqui, se o senhor me permite e se o senhor puder responder. O senhor falou que a saúde é relativamente bem administrada aqui. Vocês têm agentes de saúde aqui?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Temos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São vinculados à SESAI?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - À SESAI.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quantos agentes de saúde os senhores têm aqui?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - É... quatro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ah, não são tantos, então.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Três AISAN e temos... Quantos motoristas? Seis. Mas precisa a contratação de mais dois, porque tem dois que a comunidade está pagando ou está dirigindo o carro voluntariamente.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por quê?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - É. São quatro que estão trabalhando. São seis: quatro está empregado realmente, registrados, e há mais de um ano a gente paga voluntariamente para os índios funcionar. Nós temos uma equipe médica completa, excelente, que ouve bem a gente, que trabalha conjuntamente com o pajé, com a comunidade, uma equipe bem aceita. Também só





tem... Só o que não é índio da equipe é o médico e o enfermeiro. É os três, porque a gente está lutando para formar esses três.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor referiu... O senhor vai me perdoar, sim, mas eu tenho que fazer essas perguntas.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Pode fazer, fique à vontade. Tudo pode.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Porque tem um contraponto do que a gente precisa esclarecer para a CPI. O senhor falou que não há nenhuma ação violenta dos tupinambás contra pequenos agricultores.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Falei aqui, estou falando aqui na CEPLAC, porque tem outros caciques aqui, tem outros... Porque é assim: eu falei para o senhor que nós somos povo de clã. Então, compreenda: quando é povo de clã, cada um fala pela sua aldeia.

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Babau, sugestão.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Para eles entenderem o raciocínio, explica os três clãs básicos em que hoje o povo tupinambá se divide, até para uma referência geográfica na cabeça da CPI. Tem o clã do mar, não é isso?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - É, lá... Tem o tupinambá da praia.

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Isso.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Tupi da praia, que os meninos estão aqui, e nós somos tupinambás da mata ou tupinambás da serra. Parece que é o mesmo povo, mas a cultura é bastante diferente. Então, os índios que praticam a cultura na floresta é de um jeito, e os que praticam na praia é diferente. Por isso que há tempo que a gente faz rituais juntos para se somar, entendeu?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Então, eu queria lhe perguntar o seguinte: nessas retomadas a que o senhor se refere, houve relatos aqui de várias pessoas ameaçadas ou de que houve alguma violência. Isso ocorre, não ocorre?





**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Essa é ótima, sabe por quê? Nós vivemos numa região onde as pessoas são capazes de matar outras para ter o seu inimigo na cadeia. As pessoas podem espancar outras para ter o seu inimigo preso ou, senão, aprisionado a eles. Então, foi forjado todo o tipo de informação. Eu estou falando, eu vou falar da Serra das Trepes para lá. Eu posso fazer, porque aí pode perguntar para outros. Agora, em relação à aldeia tupinambá da Serra do Padeiro, aqui não houve... Claro, alguém se sentir intimidado por uma retomada é claro que vai sentir. Agora, machucado, espancado, não. A ponto do senhor aqui... Antes da FUNAI, como é que as pessoas fazia aqui para tomar terra de índio? Também eu não falei. Acostumava de pessoas matar pessoas, botar dentro de uma área e, depois, acusar dizendo que foi o índio que matou. Iam três, quatro pessoas na polícia e diziam: *“Olha, foi ele mesmo. A gente viu na hora em que o fulano passou. Nós sabia disso e disso”*. Pronto! O índio está condenado! Porque a região sempre foi voltada dessa forma. Olha, vou dar um caso clássico aqui de um processo meu que foi na Justiça. Estava eu aqui reunido com o Bispo de Itabuna, tinha aproximadamente dez padres presentes, o CIMI estava reunido. Naquela data, Daniela estava por aqui também. Daniela Alarcon e Ellen estava por aqui. Nós estávamos fazendo, vendo com o Bispo, porque o Bispo queria fazer uma caravana da Igreja Católica para trazer para aqui — era até caminhada das águas, um encontro de caminhada das águas, que era romaria das águas —, trazer aqui para as aldeia, para, como aqui tem muita água e a gente é tão religioso, a gente se somar. Aí o Bispo estava conversando, inclusive sobre o que aparece na mídia, dizendo... Aí eu expliquei para o Bispo: *“Olha, ‘seu’ Bispo, 99% disso que aparece na mídia é mentira. Alguns casos pode ser que tenha alguém bebendo cachaça aí num canto, e o outro briga pra lá, o que não tem nada a ver com a luta direta. E acontece, pode acontecer. Mas não tem.”* Aí o Bispo estava reunido com nós e foi para rua, quando chegou lá na cidade, seis horas da tarde: *“Ah, o Cacique Babau invade uma fazenda, por volta do meio dia, atira numa mulher grávida, dá dois tiros numa mulher grávida, rouba três mil reais, faz tal, tal e tal ameaça”*. Aí, os padres: *“Mas, Babau, você estava com a gente! Vocês estavam!”*. Eu disse: *“Pois é, mas essa é a realidade”*. E fui processado, fui até à Polícia Federal, tive que levar carta, negócio. Daniela estava aqui fotografando tudo e tinha, a Ellen e todo o mundo





estava por aqui, tinha várias pessoas não índio. Porque o que é mais grave é que eles fazem acusações dessas, mas um índio não pode testemunhar contra o outro. A gente tem que arrumar um branco para testemunhar a nosso favor. Se for um índio, não serve. Essa é a gravidade! Como é que pode? Me desculpa, o senhor, eu vou falar: o senhor é branco, aí o senhor tem... Não, não... Aí vocês têm os rivais, uma pessoa negra, vocês é brigado. Aí ele acusa o senhor de uma forma, mas o senhor tem que arrumar um negro para depor a seu favor, porque o outro lá, que é branco que nem o senhor, não pode depor. Pode? Olha bem: nós índios estamos condenados de qualquer forma, não importa o que a gente faça ou fale ou diga sempre vai recair. E isso aqui nós passou um. Não é que nós somos santos, não! Porém, o índio, quando ele faz alguma coisa, todo o mundo sabe, porque ele faz espalhafatosamente. Todo o mundo vê que ele fica valente, ele briga! Quando ele dá o piti, ele dá na frente de todo o mundo! Dificilmente — é muito difícil — iria acontecer umas coisas dessas. Então, essa é a resposta.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Olha, vou lhe narrar um caso.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Tá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tem um senhor, se não me engano o nome dele é Adilson, que ele...

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Como é o nome?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Adilson. Ele trabalhava na fazenda do Sr. Valter e aí ele teve a casa invadida...

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Ah, não. Aí é outra aldeia. É outra aldeia. Não é aqui não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É outra aldeia? Tá. Mas vou lhe narrar essa situação. Ele teve a casa invadida, às 2 da madrugada, por supostos indígenas, de nome, inclusive, Cipó. Deu um tiro de 12 nele, e ficou paraplégico. Esteve depondo para nós. Esta situação o senhor conhece? O senhor concorda? O que o senhor acha desse tipo de invasão?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Veja bem: é como o estou falando para o senhor. Nós é um povo de clã. Cada clã age de sua forma. Não posso dizer para o senhor que foi os indígenas lá que fez ou não posso dizer que







não, porque eu não estava na situação, fica distante daqui. Eu não sei qual foi a circunstância e nem como foi, entendeu? Por isso que eu não posso falar. Agora, quem que poderia falar é os indígenas daquela região.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem, apesar de ter três clãs diferentes, evidentemente o senhor tem uma liderança natural, não uma liderança formal sobre todos.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Desculpe.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu lhe considero... Aparentemente o senhor tem essa liderança, e eu vou lhe dizer que confio nisso. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: a gente sentiu, na comunidade do Buerarema, ali, um medo muito grande, inclusive de pessoas temerosas pela própria vida, em relação a possíveis novas invasões. Eu quero lhe perguntar o seguinte: essas pessoas precisam ainda estar com medo? O senhor tem como, como... Porque é assim: há pessoas com temor pela própria vida, e, assim, nós tivemos a narrativa de pelo menos quatro a cinco mortes efetivas nesses conflitos. O que o senhor me diz disso daqui para frente? Como é que isso vai ser tratado? Como é que o senhor trata, como líder, essa circunstância?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Bom...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Porque nós temos que dar explicação para esse número de pessoas vitimadas, né?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Não, aí, aí, aí foi... Bom, eu gosto de contar assim. Primeiro é o seguinte, vamos por partes. Nós tupinambás todos, tem um... Um clã não demanda sobre outro clã. Nós pode sentar, por exemplo, estou aqui com o Valdenilson, com os meninos aqui, nós bate papo, mas, em nenhum momento, eu nem pergunto como é que ele comanda, como é o comando dele lá na comunidade dele, nem eles pergunta como é o meu. A gente, aí os índios aqui se relaciona com os dele, mas não pergunta... A gente é bem, a gente é muito amigo do outro, mas não interfere, não exerce nenhum tipo de... Bom, primeiro: Buerarema cria muitas fachadas. Por exemplo, quem foram esses mortos? Onde foi esses mortos? Porque o que a gente estamos aqui relatando de 2003 até agora, nos tupinambás de Olivença, aí sim, nós fazendo um relato, que eu não posso explicar muito, há mais de 70 índios assassinados e nenhum inquérito







formalmente aberto, ninguém preso. E não adianta o índio ir denunciar; quando vai denunciar, o índio é acusado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Olha, eu vou dizer, assim, nós recebemos o mesmo tipo de denúncia. Então, eu lhe peço que traga para nós cada caso desse, narre cada situação e nós vamos mandar investigar.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Espera aí, ainda agora mesmo, isso agora que eu vou tocar no assunto. Veja bem: eu não... Sabemos que temos milícia na região que atua para criminalizar índio, matar, sair. Tem milícia organizada por... Eu não vou dizer que é polícia, é farsante que se disfarça de polícia. Tem grupo ligado a tráfico de drogas que entra para desestruturar, matar, para dizer que é o quê. A gente vê todo o tipo de boato. Aqui, graças a Deus, na Serra, não tem ocorrido, mas muitos deles matam eles mesmos para dizer que foi o índio, para queima de arquivo ou alguma situação grave que acontece. A gente que fica de fora, que não está na zona de conflito de tanta morte, mas recentemente a gente teve que fazer uma interferência num desses assassinatos que ocorreu exatamente naquele zoneamento de Serra das Trempes. Inclusive eu fiz uma denúncia para a ONU e falei: *“Por que que aconteceu cerca de 18 assassinatos em aproximadamente 4 meses numa região que, se medir para cada lado, dá menos de 3 quilômetros para cada lado e não houve uma investigação completa do assunto?”*. Isso inclui também essa outra, essa outra situação que o senhor citou aí desse rapaz do tiro e outros negócios. Por que... Ô, Ninha, levanta aqui com os seus meninos, por favor, com seus filhos. Por favor. Fica todos juntos ali, aqui, por favor. Vem aqui para frente. Levanta, todos. Cadê Mike? Ah, Mike está aqui. Venha aqui, chega aqui. Todos, todos. Certo. Então, vamos lá. Buerarema definiu que ia matar os índios todos. Formaram grupos para matar — e a Polícia mesmo pode confirmar isso, ou o Governo. Todos podem confirmar isso. Então nós estávamos aqui um dia, marcamos um toré na praia. Quando a gente está aqui, chega a notícia: mataram o índio Pindu na Serra. *“Porra, é nosso primo!”*, eu digo. A gente luta tanto para não se interferir, o nosso clã se interferir em outros clãs, vai alguém e mata um primo da gente lá em outros clãs. Pelo amor de Deus! Aí, nós foi com nossos encantados, porque nós íamos atrás dos assassinos. Aí, nossos encantados falou: *“Não, não é*





para ir. Nós queremos os assassinos presos, porque quem matou foi mandado. Queremos quem pagou, quem mandou preso”. Eu digo: “*Aí, pronto!*”. Nós paramos, a Serra do Padeiro toda sentou de novo e disse: “*O quê? E agora, vamos ver o quê?*”. Os parentes sumiu no hospital. Acionei a FUNAI, os meninos aqui... Cadê o menino da proteção? Marcelo, menino... Como é o nome dele? É o menino ali, Edmar. O pessoal lá, que ninguém sabia de nada. Fui lá ver parente assassinado. Como, a morte? Ele estava mais essa esposa, essa criança. Não vou citar as outras duas crianças que estavam não. *Aí, estava no rio pescando, desde manhã. Vem 5 horas, quase 5 horas da tarde, do rio que estava pescando para sua casa, sofreu uma emboscada na estrada, onde mataram o marido dela. Deram dois tiros nela. Deram um tiro na perna, ela caiu com essa criança, que era um pouco menor, debaixo dela. Chegaram aqui nas costas dela para executar, deram o tiro de misericórdia. Foi realmente Deus, Tupã, Alá, alguém que salvou ela. Ela ficou lá até mais de 10 horas da noite, com o marido morto do lado e ela agonizando junto, até vir alguém lá de baixo para tirar, pegar ela e levar para o hospital. Depois que chegou no hospital, nada! Não foi ouvida, não foi nada, não foi investigação nenhuma. Ela sumiu. Foi que eu cheguei, liguei, mandei saber, porque eu não conhecia... Eu conhecia o pai, o marido dela, o pai dos meninos, que era meu primo, então nós tinha sempre contato, porque eu conhecia ele bem. *Aí, Nicolas mais Flores foi lá visitar, falou que foi eu que pedi para que localizassem eles, porque estava dado como desaparecidos, e eu falei: “Vai procurar”. *Aí, quando ela chegou lá, ela fala que queria me ver. *Aí eu entrei em contato com o Delegado Alex, com pessoas dentro da Federal. Cheguei lá, a situação... Me abraçaram tudo! Foi o dia que eu, como tupinambá, me emocionei no mundo, porque eles nunca tinham me visto. E na hora em que eu cheguei, que eles falaram que queriam me ver, eu peguei o carro na mesma hora. Eu falei: “Quer me ver? Não importa se estou com programa de proteção, se eu estou correndo risco de vida ou não, paciência!”.* Entrei no carro, mas fui para lá. Quando eu cheguei lá, todos eles correram e me abraçaram, com exceção dela, que estava em cima da cama, baleada, não tinha como levantar. E aí: “*Bem que meu pai me disse que se acontecesse alguma coisa, pudesse chamar o Cacique Babau que ele aparecia*”. O senhor sabe o que é isso? Ver... *(ininteligível)* Tem mais dois outros filhos, que não estão aqui. Olha a***





quantidade de criança! Um pai ser assassinado vindo de uma pescaria com dois bererezinhas, com a esposa, e os dois sofrerem uma emboscada e serem assassinado, e ninguém, ninguém investigar! Paralisar tudo na região... Aí iam tirar ela da região. O quê que ia dar para ela? Quando cheguei lá já estavam num programa de proteção para tirar da Bahia, porque ela viu o assassino, as duas filhas menores viu o assassino, então tinham que tiram da região. Aí eu falei: *“Não vai, não! Além de ter o marido morto, ela sofrer isso, ainda o índio ser retirado? Em vez de os assassinos serem retirados da região, aí tiram os índios?”*. Eu digo: *“Aí nós leva para a Serra do Padeiro e ninguém toca, porque, para tocar em um, vai ter que tocar em todos!”*. E aí a Federal concordou, o Ministério Público concordou, o pessoal da proteção concordou, e nós trouxemos e botei eles ao lado de minha casa. Mas até hoje... O marido dela era há 15 anos funcionário da SESAI, agente de saúde. Nem o tempo de serviço nunca recebeu. Até hoje, nada! Aí foi agora, há poucos dias, que ficou encostada. Nós trouxemos para cá, e aí, sim, o cerco para chegar até eles ampliaram. Claro! Como aqui nós tivemos que instalar câmera de filmagem, tivemos que instalar tudo aqui para conter, acredita que, depois que trouxemos isso para cá, de uma hora para outra, até carro de vender sorvete apareceu aqui para vender sorvete para gente? *(Risos.)* De uma hora para outra? Olha, coisa inexplicável! Não precisa nem a gente estar *(ininteligível)*. Acho que aqui está o exemplo, um dos exemplo, e para mim é o mais chocante, porque todos os outros que morreu aí, a gente pergunta: *“Cadê a família?”*. Ninguém está apontando, ninguém está aparecendo. Eu não sei. Eu não posso... Nos cinco, ou nos outros, eu não posso falar muita coisa, agora, sobre esse aqui eu posso falar: o pai nunca foi vagabundo, o pai sempre foi trabalhador. Índio há gerações, o bisavô dele nasceu ali, o avô nasceu ali, o pai dele, Sr. Getúlio, morreu ali, e ele foi assassinado ali onde nasceu! Por quê? Porque se assumia como índio e dizia que *“morria, mas não saía de sua terra”*. Todo mundo... É... Não precisa, não vou falar na, para a CPI não, o nome. Pode ir no Ministério Público, pode ir na Federal, que os índios tudo disseram: *“Olha, a lista de nome que Buerarema... O Vereador tal, Vereador tal, Fulano de tal — falou em público — contratou Fulano, Fulano e Fulano para matar índios”*. E aí? *“Pago 10 mil reais para cada um índio que vai morrer”*. Sim, isso, publicamente. Sim. Vieram, fizeram um bingo, arrecadaram dinheiro dizendo para matar índio. Sim,





fizeram. Eles mesmos organizaram um quebra-quebra na cidade toda. Fecharam a pista, quebraram, gravaram DVDs e disseram: *“Agora vamos vender para arrecadar dinheiro”*. Aí venderam os DVDs, nós compramos desses DVDs também, eu entreguei para o pessoal da proteção para entrar judicialmente. Ou seja, é claro que tinha que ajudar eles também, eu comprei alguns CDs para saber. Então... Essa que me diga. E não foi o fato da gente estar falando, da gente estar denunciando: *“Olha, tem alguém se aproveitando para não querer a terra demarcada, querendo criminalizar e estão matando generalizado aqui para acusar índios”*...

**(Não identificado)** - Só morre índio...

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Não, o tiro é *(ininteligível)* quando você vai investigar... E quando não é índio, pode buscar lá no fundo que algum envolvimento grave tem com algum dos acusadores aquele que morreu, algum vínculo muito sério. Mas ninguém nunca quis *(ininteligível)* É incrível! Olha, quando qualquer índio aqui sofre uma agressão vai numa delegacia registrar uma queixa, eles falam: *“Não é assim, não. Espere ainda, para aí”*. E não registra a queixa. Então, não adianta. E quando os índios registram, quando eles vão lá, eles voltam lá, o índio sai denunciado ou: *“Não. Foi você que praticou, não foi o outro lado, não”*. Então fica difícil. Nós apertamos todos os lados para ver se alguém investiga o assassinato. E conversei com a 6ª Câmara, com o Dr. Luciano Mariz Maia, e ele falou: *“Babau, não deve ser difícil, porque tanta (ininteligível). Onde morreu esse rapaz tem mais de 18 assassinatos aqui no entorno. Bate um GPS em cada um, localiza, vê a (ininteligível), depois convoca todo mundo daquela região. Tem que depor, porque alguém viu alguém entrar e alguém viu alguém sair”*. É impossível tanto assassinato em um lugar e ninguém saber quem entra e quem sai! Olha bem: para vocês aqui até sair lá fora na estrada, pelo menos umas dez famílias vai ver, não vai não? Podemos não saber o nome, mas sabemos que alguém entrou. Desculpe, menina, obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lamentavelmente, nós temos um limite de tempo, então assim...

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - É, eu sei e eu sou danado mesmo, se vocês não cortarem a minha fala...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado.





**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Eu sou um papagaio bom da porra...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado, de qualquer forma.

Então, quem mais vai se manifestar, por favor?

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Eu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cacique Val?

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Isso. Eu também vou ficar em pé? O Babau ficou em pé meia hora, 1 hora. Boa tarde. A gente agradece também a vinda do pessoal aqui e até porque parece que os índios não estavam em pauta, pelo que eu fiquei sabendo...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como?

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - A visita aos índios não estava em pauta...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Estava, na sexta-feira.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Estava na sexta-feira?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sim.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Ah... Então, assim, é bom alertar meus parentes que hoje, a vinda da CPI da FUNAI aqui, a gente também já ir pensando também, porque, assim, os governantes que nós elegemos que criam a CPI, para que também criem a CPI agora indígena para poder... Por que não demarca a terra dos índios? Essa CPI também por que não demarca? Todos os governos que tá aí não demarca? Por que os Deputados que legisla aí não demarca? Tem que ter essa CPI também. Bom, de antemão, meu nome é Valdenilson, mais conhecido como Cacique Val Tupinambá, sou da região de Olivença. Como Babau fala, sou da região da praia, das aldeias Acuípe de Baixo e Mamão, Cajueiro, Lagoa dos Marabás, Acuípe do Meio 2. Nós temos diversos Acuípes. E moro também na margem do principal rio da aldeia, que é o Rio Acuípe, do qual Babau fala que sempre tem muitos peixes, que também deságua no mangue, que também tem lá os caranguejos. E quero aqui só ressaltar que nós, aqui dentro do território — que o senhor estava fazendo uma pergunta —, hoje nós somos 47 mil hectares dos 70 mil,







porque foi reduzido aí, e estamos divididos em 23 comunidades. O território tupinambá de Olivença tem 23 comunidades, que eles chamam de aldeias. E aqui está a Aldeia Serra do Padeiro, que é onde a gente está se reunindo hoje. Então nós temos a Serra das Trepes, Serra do Serrote, os Acuípes e outras comunidades. E está o Cacique também Ramon, que está aqui, nosso representante Valdir, também da comunidade. Além de ser cacique, também sou representante de uma organização indígena, que é a APOINME, a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. Eu respondo aqui pelo sul, sul da Bahia, dos povos aqui pataxó e tupinambá. Antes era a Gricélia, mas hoje temos também a nossa liderança do Acuípe de Baixo também lá, que é a Rosilene, que também está na CNPI, onde também sendo (*ininteligível*) de Governo, esfera de Governo e Justiça, Conselho Nacional de Política Indígena. E a gente também tem se organizado para poder fazer a denúncia seja na 6ª Câmara, seja no Ministério Público, de todos esses acontecimentos. Então, antes de falar sobre a pergunta que o senhor fez para Babau, dizer assim: nós começamos a fazer retomada pelo desejo, pelo desejo que a gente tinha confiança, porque se criou CPI... CNN... Como é o nome? Antes de ser FUNAI, era SPI. E hoje a gente fica com nosso desejo de ser demarcada a terra, e até hoje não. Então nós hoje somos autônomos pelo desejo que a gente tem que é a terra. Nós temos hoje 11 caciques, não é? Onze caciques no território. O Babau, que é o cacique da Serra do Padeiro, e digo aqui que os caciques eles respondem... A gente está junto pela luta pela terra, luta pelo fortalecimento da educação, luta pelo fortalecimento da saúde, luta pelo fortalecimento da terra. Mas aqueles que praticam a sua, vamos dizer assim, as suas rebeldias têm que assumir pelas suas rebeldias. A gente está aqui para tratar, nós somos caciques para ser liderança, para tratar por esse desejo, não... Se alguém cometeu algum erro, ele pague pela sua pipoca. A gente planta o milho, mas a pipoca cada qual que cuide da sua. Então, assim, o senhor perguntou sobre a saúde, como é que é a saúde. É um atendimento só. Nós temos hoje também 26 agentes de saúde no território tupinambá de Olivença, temos um AISAN, temos 16 motoristas que atuam nos carros da SESAI. Nós temos hoje, da equipe de 20, de 20 técnicos, oito são indígenas que atuam hoje e o resto são não índios ainda. E a gente ainda tem outra coisa: não temos mais médicos contratados da FUNAI ou da







SESAI. E temos só duas médicas hoje que atendem que é do Mais Médicos, daquele Programa Mais Médicos, que atendem hoje. Então a situação é precária. Dentro dessas comunidades, nessa relação de retomadas, que hoje já chega a mais de 200 retomadas no território, a gente começou 2004, começou aqui também pela Serra do Padeiro e duas em Olivença. E as nossas, todas as retomadas foi pacífica, com as nossas bordunas, e a gente sempre nas nossas ocupações e todo pessoal, eles faziam a sua retirada das coisas. Mas as queixas chegaram à Polícia Federal, como os índios chegaram armados, que saíam roubando tudo. E como é que essas pessoas saíram vivas? Como é que todas essas retomadas que foram feita todo mundo saiu vivo, conseguiu chegar, se reunir com os fazendeiros, a associação que criaram junto com a (*ininteligível*), como é que conseguiram ir na Polícia Federal fazer queixa? E como é que conseguiram chegar na Justiça Federal sem nenhum arranhão e ficar dizendo, fazendo outro relatos? Do número que o Babau falou aí das mortes dos índios, que, até o mês passado, muitas delas aconteceram em Olivença, e a gente só tem aí uma acusação: que os índios foi que assassinou Juraci, porque não tem esse número de... A gente não vê, em relato nenhum, que tem esses números de fazendeiros nem de trabalhadores que foram mortos. A gente tem um aí que inclusive está em investigação da Polícia Federal de que inclusive eles, os fazendeiros, que praticaram, porque esse Juraci inclusive era um companheiro nosso, inclusive de partido político, inclusive do Município de Una, porque denunciou quem estava retirando a madeira, quem estava retirando a madeira. Mas isso vai ser um trabalho da Polícia Federal. E me chateia, e para a CPI também quero deixar aqui, que eu fui um dos caciques que foi em Brasília junto com os fazendeiros e a Deputada Angela Albino, em Salvador, pedir que designasse uma delegada para apurar todos os fatos e que aqueles que devessem fossem para a cadeia. Até agora, nada! Parece que quando é para as coisas acontecer, não dá estrutura. Até hoje a delegada que foi designada, já vai fazer 8 meses, até hoje não se fez levantamento de nenhum caso, pelo que eu conheço de levantamento. Estive em Salvador, de novo, e nenhuma vinda em nenhuma delegacia para levantar os inquéritos. E aí, a FUNAI, fragilizada que está, sem perna... E quem é o advogado, quem é o procurador? São os caciques e os índios, aqueles que ainda conseguiram estudar, que conseguem fazer um ofício ou, do contrário, quem vai da Secretaria, da





Justiça de Salvador para fazer a denúncia, para encaminhar para o Ministério Público, na Secretaria de Justiça, para também levar para os Direitos Humanos? O agente que consegue se reunir na comunidade com aqueles que conseguem ser a cabeça pensante, como o cacique fez aqui, que mandou uma carta, até em vários idiomas aí, para outros países também denunciando aqui a questão. A gente não consegue...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Deixe-me interrompê-lo. Aqui o senhor fez um pedido para que fosse designado um delegado especial para apurar a autoria dos crimes. Isso é um pedido do seu clã ou é de todos os tupinambás?

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Bom, a gente pelo menos... O único cacique que não estava nessa reunião foi o Babau, mas aqui os outros caciques...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Porque, se concordarem que esse é um pedido, nós podemos reforçar isso lá.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Mas é isso. Quando foi designado, foi porque foi consenso de todos. Quando eu fui a Salvador, o único cacique que eu não tinha encontrado...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Não deu apoio, mas apoio, assim, apoio mesmo, porque, assim, o Governador se comprometeu, você entendeu? E que também ia haver uma forma seja com a Polícia Federal, seja com quem fosse, com qual Secretaria fosse, para que designasse também um carro com combustível para que ela pudesse fazer esse acompanhamento, porque a gente está em três cidades: Ilhéus, Una e Buerarema. O território está dividido nessas três cidades. Então, nós temos as três delegacias da Polícia Civil. E aqui deixo também para te dizer que, em 2014, em uma chacina só foram mortos três índios na região do Mamão. Prenderam três índios, prenderam três índios por conta de uma briga de um dia anterior de cachaça. Prendeu os índios, botou na cadeia. Com três dias, com três dias depois nós fomos fazer a queixa que não eram aqueles. A polícia foi até a casa de um dos fazendeiros na região do Mamão, conseguiu pegar o rifle puma, pistola 12, 28, que foi usada no crime, levou os assassinos para Una. Quando eu estive anteontem, porque eu sabia que estava vindo aqui, quando foi anteontem,





para ver se a gente conseguia fazer carga do inquérito, não tem inquérito. E liberaram, liberaram os assassinos e não tem nem as armas. Nem as armas. Momentos atrás, também tive encontro também com um dos representantes de cacique também. Estive na Polícia Federal. O Dr. Mário estava lá. O Dr. Alex também estava lá. Retraturei esse assunto, e o inquérito estava na Polícia Civil. O (ininteligível) está sob investigação. Não sei se o doutor lembra, foi em 2014, o senhor não tinha bem o acompanhamento, mas estava chegando, foi logo assim, até reintegração de posse o senhor esteve lá, né? Depois da reintegração de posse, o senhor esteve lá. Até saímos da fazenda, porque realmente tinha uma ordem para cumprir a ordem judicial. E lá nós fizemos esse relato novamente. Mas ninguém está preso. Um Vereador de Una deu fuga para esses rapazes que foram para Vitória, Espírito Santo, para ficar fora, para poder também sair os outros, que só foram quatro. E aí foram para Vitória, do Espírito Santo, para Una, do café. Ficaram lá na safra, trabalharam em outras coisas, ficaram novamente. Quando foi semana passada, chegaram de novo, aí já ameaçando, amedrontando, falando que ia matar o resto da família, que estava amedrontada. Porque eu fui ontem na Polícia Civil, que pediu que a gente voltasse hoje pela manhã com queixa, para trazer a queixa e as testemunhas. Porque os assassinos moram na região do Mamão, então a gente faz a queixa em Una. Mas não, se ele andou em Acuípe e fez ameaça com a família em Acuípe, tem que fazer em Ilhéus, e o que mora e o que foi em Una tem que fazer em Una. Eu falei, mas o delegado falou que também se trata de um crime comum. A gente não pode resolver. O delegado da Polícia Federal bota para a gente, a gente tem que mandar para eles. Rapaz, o que é da competência da Polícia Federal mandam para a gente aqui e agora quer que tudo a gente resolva! Como é que fica a situação? É fato, e é verídico, que desses assassinatos, dos três carros da SESAI que foram queimados aqui em Buerarema pela articulação dos fazendeiros, pela mobilização deles e também dos candidatos, dos Vereadores, Prefeitos e outros, dos três carros queimados da SESAI, inclusive um deles estava trazendo os pataxós de Camacã para fazer hemodiálise aqui em Itabuna e iam sendo queimados dentro do carro, foi que conseguiu entrar no taxi para poder ter fuga. Eu sou também um que estou concluindo minha faculdade, sou aluno do IFMA em Porto Seguro, e o professor tinha acabado de dar aula em *campus*, que passou também, e o nome





dele era Edson Kayapó, junto com os outros quatro professores, que teve o carro do IFMA também queimado dentro da faculdade. O professor também foi aqui e foi parar... Conseguiram tomar todos... Queimaram tudo, tomaram tudo de máquina, queimaram tudo o que era de roupa dele, aquela questão toda. Colocaram no fundo do carro e foram largar lá em Itajuípe. E ele ainda é índio. Era caiapó lá do Mato Grosso, mas está aqui hoje. É um dos professores que dá aula na Licenciatura Intercultural Indígena para os povos pataxó tupinambá e pataxó hã hã hã e também não está apurado. Quantos deles já foram presos? Nenhum. Mas Babau já foi preso, o irmão dele já foi preso, o pessoal de Olivença já foi preso, né? Mas por conta de quê? Por conta da luta da terra. E agora, por último, a gente está lá também. Um não foi preso, mas está com as pernas amputadas, que é da região do Jairi, nesse mesmo areal que Babau teve agora culpa para ser preso. Foi o mesmo que a gente estava defendendo em 2013, 2014, que foi amputada. De um tiro, amputou a perna do... Esse policial da Polícia Federal não está aqui mais na região.

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Eu chefiar a Delegacia de Polícia Federal. Meu nome é Mário Lima. Eu chefiar a Delegacia da Polícia Federal, de janeiro de 2013 até agora, final de fevereiro de 2016. Essa ocorrência foi anterior à minha gestão.

O policial federal é um agente de Polícia Federal. Houve inquérito instaurado, onde se apurou a circunstância da ocorrência policial. Foi estabelecido inquérito policial. Houve depoimento dos próprios indígenas que se encontravam presentes no local.

O inquérito foi relatado e o próprio Ministério Público Federal, que vocês citam em diversas oportunidades como uma instituição séria, fiscal da lei que assim o é, promoveu o arquivamento do inquérito policial, porque as circunstâncias do tiro na perna do policial foi uma manobra de legítima defesa, onde o índio que teve a perna amputada partiu para uma agressão.

Eu não estava aqui na área, mas se consultarem o inquérito policial, e isso eu já fiz, houve depoimentos de indígenas que se encontravam no local e ratificaram a tese de legítima defesa.

Veja bem, a Polícia Federal, pelo menos de janeiro de 2013 para cá... Eu posso não só porque capitanei a Polícia, mas porque eu vivenciei os atos. Então,





não estou dizendo que o cacique, mais do que respeitado, uma das lideranças de destaque que é o Val Tupinambá, está mentindo. Não é isso, não. Eu estou apenas ratificando os fatos que aí se encontram, porque foi uma circunstância inclusive que eu me preocupei em apurar, a fim de inclusive evitar novas circunstâncias de violência policial por uma questão de “pessoalização” de entevistos, como teve na situação de Itaju do Colônia, onde índios, no passado, mataram dois policiais militares e isso gerou uma situação de animosidade entre a comunidade indígena e a Polícia Militar.

Então, na qualidade de gestor do Departamento de Polícia Federal à época, eu investiguei a situação para saber se haveria novos fatos ou tendência de novos fatos, e houve a absolvição. Não houve, na verdade, sequer pronúncia. O inquérito foi arquivado, tendo em vista o reconhecimento da excludente da legítima defesa. Foi essa circunstância que houve lá, e não foi em 2014. Eu cheguei aqui em janeiro 2013. Não. Negativo.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Eu só ia retificar aqui a minha fala que não foi 2013. Foi no final de 2012 o acontecimento.

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Positivo.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Mas eu deixei o senhor concluir porque também respeito o senhor e a sua fala. Então, foi em 2012, mas o processo continuou em 2013 e, em 2013, o agente — como é citado aqui —, o Jai, acabou saindo da Polícia Federal, daqui de Ilhéus.

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - Negativo. O agente é Carlos Jorge Lopes da Silveira. Ele se encontra até hoje...

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Para o Ministério Público, foi dito que essa equipe não...

**O SR. MÁRIO VINÍCIUS NEVES DE LIMA** - A informação do Ministério Público está equivocada. Ele continua lotado lá, e a CPI pode segunda-feira comparecer lá ou solicitar a lotação da PF.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós vamos pedir a cópia do inquérito.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Então, pronto. Só para concluir aqui também a questão do raciocínio, tivemos esses (*ininteligível*). Enquanto um dos







caciques citou, na parte do litoral, como estou também na defesa do território, acompanhei essa situação. Eu tive de levar para Brasília esse fato e, até hoje, continuam extraindo areia, o que é ilegal e que está causando impacto ambiental. Hoje, também ainda a gente vê lá nitidamente que a extração de areia está aberta e, até agora, nenhum dos donos de areais foi punido ou foi multado, mas nós, sim. E quando o senhor falou — aí quero falar aqui também —, que tem depoimento de gente em Buerarema dizendo como é que vai conduzir as novas invasões, que a gente parece que ainda causa risco e causa perigo, eu me estranho. Eu me estranho. Eu me estranho por falsas denúncias, porque o problema hoje, e estou vendo assim mais como o aproveitamento da chegada de uma Mesa, da criação de uma Mesa, porque o seguinte: os fazendeiros hoje não estão sendo problema pelo menos para gente lá no território. Eles não estão sendo, porque, olhem só, eles aceitaram que fizessem o levantamento das fazendas e que fossem indenizados. O Ministério Público ficou a par disso, o Juiz Federal Lincoln Pinheiro, de Ilhéus, foi quem participou de 14 mesas redondas de negociações. É isso Cacique Ramon? A gente sentou para negociar. Teve fazendas que realmente eram de pequeno produtor e ele voltou para a fazenda. Os grandes produtores estão dizendo que queriam garantia, mas hoje, pelo que eu vejo — eu quero que os fatos sejam apurados —, mas hoje neste cenário que está agora os inimigos nossos não estão sendo os fazendeiros. Estão sendo os empreendimentos, os areais e o ICMBio. Esses estão sendo os nossos inimigos. Então, se tem gente que está querendo ainda voltar ao novo cenário para está querendo culpar os índios e que quer falar de coisa para está incriminando nós, eu acho que deveria falar dos mortos e deveria falar dos nossos antepassados, que vêm morrendo há muito tempo e que, até agora, não tem ninguém na cadeia. Faço um desafio aqui: quem é que está na cadeia dos povos indígenas no Brasil? Faço um desafio aqui. Quem assassinou índio, inclusive, agora, Guaranis-Kaiowás como aconteceu lá, que é outra realidade que está na cadeia? Quem está na cadeia são os índios que estão mortos. Aí, eu digo para vocês da Comissão que estão aqui, eu muito me admiro de uma discussão... Agora, não me admiro que esse tipo de discussão saia realmente de Buerarema, porque é um grupo, porque lá a gente não tem, e esses que estão falando aí, muitas vezes, não são nem fazendeiro. Entendeu? Não são fazendeiros, porque vão perguntar a





esses que deram depoimento onde é a fazenda deles. Onde é que está localizada a fazenda deles? Qual é a comunidade que está a fazenda dele? Qual é o cacique que está lá ocupando que está com seus líderes nessa fazenda? Acho que deveria também fazer isso, porque tem muitos oportunistas aqui. Certo? Então, eu muito admiro até por conta dos debates, porque agora é um novo cenário.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Isso é bom, Babau, mas eu me admiro por conta do cenário que foi feito agora. A outra questão das novas invasões, se vão acontecer ou não, a gente aqui está respeitando e aguardando, pelo menos nós aqui e em conversa com Babau e outras pessoas.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Eu não estou aguardando nada, não.

**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Não, olhe, só. Não estou falando por você, Babau. Eu estou dizendo que nós estamos aguardando aqui há muito tempo, porque a gente já vem há muito tempo, Babau, porque a gente não fez uma retomada, porque, como você falou aqui, todos os prazos que eram para ser cumpridos, todas as respostas foram dadas para o Governo e em tempo. E por que não demarcou a terra e não publicou a portaria declaratória? Porque era isso que a gente estava esperando, estava aguardando. Isso que eu queria falar, Babau. Não queria falar sobre você. Certo? Essa é a resposta que a gente estava querendo aqui. Agora, digo para vocês que a luta está grave? Tá. A luta do território está grave. A gente não tem data, não tem dia e não tem hora, porque a partir do momento que as pessoas fazem muito desrespeito... Agora mesmo, tivemos de desocupar uma terra, onde o grupo Votorantim... Nós tivemos de sair da terra. Foi essa que foi reintegrada. Por que foi reintegrada? Porque o Grupo Votorantim, que é um grupo muito forte, queria fazer um porto seco lá em Acuípe. Era bom também que vocês conhecendo uma parte do território que descesse também para ver um pouco das comunidades. Eu sei que não está com tempo para tudo isso, mas que pudesse conhecer um pouco da realidade.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eu só vou lhe interromper um pouquinho, porque nós temos um limite de tempo para sair daqui, que é 17 horas. Então, se o senhor puder ir encaminhando para a finalização.





**O SR. VALDENILSON TUPINAMBÁ** - Não, já estou aqui... Encerrando, eu quero fazer um pedido: a FUNAI hoje não consegue andar. A FUNAI hoje não consegue demarcar. A FUNAI hoje está fragilizada. Não tem patrimônio, não tem recurso, porque a FUNAI não demarca. Quem demarca são os índios. A gente vê aí o coordenador que não tem combustível, que não tem como dar assistência aos índios, que não tem conseguido articular para dar uma cesta básica, mas a gente não quer cesta básica, a gente quer que dê a semente para a gente plantar, mas circula dizendo que a FUNAI está dando cesta básica. Onde é que está chegando cesta básica? Só se for na aldeia de Cacique Ramon. E aqui, para encerrar, digo que hoje falta funcionário na FUNAI. Fizeram um concurso para colocar para trabalhar, mas a gente não vê. Ao contrário, estão esvaziando as Coordenações Técnicas Locais - CTLs, querendo extinguir as CTLs e fragilizar a FUNAI, para que não consiga dar atendimento. Inclusive, não temos Procuradores na FUNAI. Aqueles Procuradores da AGU que estão na FUNAI nem sequer leem o relatório quando o índio manda para poder fazer a defesa, principalmente quando é agravo ambiental. Hoje, nem os pedidos. Foi tudo extinto. Nem a pedido, nem *ex officio*. Foi tudo suspenso. Como é que vai trazer funcionário para trabalhar na FUNAI e para trabalhar junto com a gente, para atender os índios? Então, a gente não tem aqui. A gente tem aqui as pessoas da FUNAI fazendo um trabalho, mas a gente não tem a FUNAI presente para fazer um trabalho daquele que deveria ser feito. Era isso que eu queria falar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Muito obrigado. Temos mais alguém para falar?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Vamos fazer a entrega de uns documentos aqui. Eu tenho algumas perguntas que eu prefiro deixar vocês investigar profundamente: provar quem é culpado ou não. E aí, sim, eu saber o resultado final. Como a gente sabe que tem uma circunstância séria ocorrendo, nós Tupinambá da Aldeia Serra do Padeiro, recentemente, fizemos um documento aberto, como eu falei, mandado para vários países, questionando exatamente várias coisas que vem acontecendo com nós, inclusive, este é o documento aberto que nós mandamos para várias organizações, porque Coneval falou na questão do areal.





Vejam bem, meus familiares, quando fizeram o estudo de demarcação, nós tivemos vários entreveros aqui porque são povo de clã, e um clã muitas vezes se debate com outro e até guerreia contra outro. Não estamos aqui para esconder. Um clã, quando se torna inimigo de outro, é um pesadelo no território. Então, ficou definido na demarcação da terra que a Aldeia Serra do Padeiro... A jurisdição era o limite da Serra, aí tinha direito ainda à área da Ipanema, lá na praia, pois vivem alguns parentes da gente, e a dependência na Lagoa dos Mabaços, pois o nosso sítio lá é do século XVII, porque a gente vive para pescar caranguejo naquela região. Então, a FUNAI focou bem o estudo nesse *link* aí. Porém, as nossas famílias foram atacadas por esse areal ali, onde o rio mais quatro nascentes foi extinto. O Rio Ipanema, que dava mais de 4,5 metros de profundidade, hoje está com menos de 20 centímetros de profundidade. E os parentes lá fizeram uma ação fechando o areal. Então, o juiz deu uma reintegração de posse, está... Enfim, cumpriu-se e, no dia seguinte, eu precisei ir lá para ver. Cheguei lá, a Polícia estava toda dentro não do areal, mas da propriedade dos índios, onde os índios vivem e sempre viveram. A gente conversou, nos tratamos numa boa, mas é certo que eles forjaram uma armação numa área, teve um dia em que eu fui preso, realmente, depois saindo. Eu tinha acabado de vir de Salvador, estava reunido com Edmar, com várias autoridades, cheguei cansado, só fui lá porque eu precisava viajar para Brasília logo em seguida e eu queria levar o relato dos índios, do que tinha acontecido lá. Chegando lá, encontro a Polícia Militar. Quando eu saio com o carro, eu e meus irmãos, sou cercado, saindo de Olivença, bate-se o carro num carro da Polícia, aí sou preso, mas não foi por causa da batida, já tinham me prendido, já com ordem de prisão, uma ordem que não aparecia nunca, só que, estranhamente... Aí, eu mostro para o senhor o tamanho da gravidade, por esse documento que eu estou mandando, eu mando para todo mundo e mando exatamente dizendo isso, como é que vai fazer, porque depois que eu estou preso... A única coisa, a única arma que tinha dentro do carro que a gente estava dirigindo era um facão, porque a gente usa no caso de furar um pneu ou alguma coisa viajando e precisar cortar uma árvore. Aí, de repente me diz que eu estava preso por várias armas que tinha no meu carro, várias não sei o quê. O certo é que o juiz não investigou a questão das armas, não quis fazer nada, me deu prisão domiciliar, o carro nunca... A perícia nunca sai. Estou com cinco meses o meu carro,





o carro da gente lá precisando acionar o seguro para tirar o carro, ninguém solta esse carro, todos os telefones da gente foi preso, estão lá. Eu quero que o processo vá à frente e investigue quem foi que botou as armas, a quem pertence, porque se fizeram comigo, se não for punido, vai fazer com outro cidadão, qualquer que seja. Então, eu estou vivo, nada era meu. Eu quero... Então, fiz esse documento aberto e coloco aqui, toda a comunidade coloca e a gente afirma que o Governo demarque a nossa terra este ano ainda, devolva para nós, ou senão antes de terminar o ano manda a Polícia fuzilar todos nós aqui e bote o não índio aqui dentro, agora os dois não vão ficar no mesmo espaço. Não adianta dar uma reintegração de posse e mandar para a Serra do Padeiro porque não vai acontecer. Não manda a gente, não, porque a gente não vai na casa deles nem quer que eles vai na casa da gente. A casa da gente é aberta para todas as pessoas que gostam da gente. Não tem área marcada, mas cada um vive em seu lugar. Cada um tem lugar. O Governo tem onde assentar todo mundo, tem... Porque a gente também coloca o quê? O ICMBio está ali, com as reservas criadas. Eu quero dizer para nós do areal aí, porque pelo menos vocês vão vendo. E os pequenos produtores, que vivem aqui com a gente, estão desesperados porque um não pode fazer uma tarefa de roça, porque o ICMBio chega lá e dá 10, 20, 30 mil de multa na questão do areal ali, que a gente filmou. Aí, mas já o fazendeiro ou pessoas que eu não sei quem derrubam 10, 20 tarefa... O areal, vocês vão ver, com mais de 20 hectares de Mata Atlântica derrubada, arrancada pode, mas o índio não pode fazer uma tarefa de roça que o ICMBio multa em 10, 20 mil reais. Os não índios também aqui, os pequenos produtores estão desesperados aqui embaixo, na divisa. Aí, também nós fizemos outro documento porque nós, tupinambás da Serra do Padeiro, entendemos que...

*(Exibição de vídeo.)*

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - A imagem fala por si, então... E nós vamos passar para vocês a imagem. Aí, vejam bem, nós...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode nos dar cópia desse vídeo?

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Posso sim. Nós vamos passar a cópia para vocês. Vejam bem, os meninos mexeram e me tiraram do foco que eu estava falando.







**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor estava falando da denúncia que o senhor ia fazer.

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Ah, sim. Porque a Constituição, o pouco que a gente conhece dela... Ela foi criada para garantir direito a ambos, aos não índios e aos índios, aos negros, a todo mundo, só que nós, índios, temos dois capítulos especiais na Constituição, arts. 231 e 232, não é isso? E, dentro deles, há algumas reservas aonde nós só pode ser removido ou tirado de algum lugar mediante o Congresso Nacional, assim mesmo por pouco tempo e devolver, se tiver uma epidemia, uma endemia ou alguma coisa muito grave que coloque o grupo indígena em risco. Porém, entendemos nós que o Deputado Heinze...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós estamos com o nosso tempo...

**O SR. ROSIVALDO** (Cacique Babau Tupinambá) - Certo, eu sei, mas é só para finalizar. Ele cometeu um crime de decoro parlamentar, tanto quando apoio esse negócio que eu falei dos bingos, do leilão, e quando ele usou a fala dele e divulgou na Internet dizendo que estava vindo para o sul da Bahia, que ele gosta de Geddel etc. para acabar com a demarcação tupinambá, fazer isso e aquilo. Ele coloca nós em risco porque muita gente contrária a nós ficou dizendo que estava se armando, e depois que vocês viessem, nós íamos ser atacados. Claro que a gente sabe que não vai fazer, é boato, mas ele incitou a violência na região. Então, nós entramos também, pedimos para Janot instaurar o processo contra ele, em nome da comunidade tupinambá de Serra do Padeiro. Eu... Foi junto também? Mas eu quero que vocês assinem um. É... Estão os dois aí, vocês assinam os dois para mim. E esta aqui é uma carta aberta... Porque eu entendo que o Deputado pode não gostar de índio, mas ele também não pode fazer apologia à violência e à morte das nossas nações, porque somos muito vitimados, morremos centenas de índios e não são investigados. Então, nós não queremos morte em nenhum dos lados. E nós pedimos à FUNAI e ao Ministério Público, pedimos ao Ministro Cardozo, na época em que estava lá, que nós queríamos um território de vida, não um território de morte, mas estão querendo nos entregar um território de morte. Não ao sangue! Não à violência!





Mas sim à defesa dos direitos de ambos os lados, tanto o nosso quanto os dos fazendeiros e dos políticos. Obrigado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cacique Ramon, se o senhor puder ser rápido, por favor, nós...

**O SR. RAMON TUPINAMBÁ** - Boa tarde. Eu sou o Cacique Ramon Itagibá. Sou representante do povo tupinambá de Olivença também e represento cerca de 140 famílias indígenas aqui no território tupinambá de Olivença, na região que começa pelo mapa do outro lado, de quem vem por Ilhéus. Quero dizer aqui que estou contemplado pelas palavras dos caciques aqui que falaram, mas só ressaltando aqui a questão com o Juiz Lincoln, na região de Ilhéus, que a gente não fez acordos, não fizemos essa questão de estar devolvendo terras aos fazendeiros maiores, não. Houve esse entendimento justamente do processo desses pequenos produtores aí na região para que pudessem ficar na área até que fosse resolvido o problema da demarcação. E a questão nossa realmente é essa mesmo, que precisa que se dê logo o mais rápido possível, que o Ministro assine a portaria declaratória que demarca o território tupinambá de Olivença. Nós já fizemos várias cartas também informando que não aceitaremos território dividido em ilhas, porque o nosso território é contínuo. Então, a gente já colocou isso, a Justiça também já está a par disso também, desse processo nosso, e o próprio Juiz Lincoln também, que queria e opinou também sobre dividir o território em ilhas. Não tem como dividir em ilhas porque são 23 aldeias, e todas as 23 aldeias estão habitadas dentro desses 47.376 hectares. Então, no mais, é só agradecer a presença de vocês também para nos ouvir, porque também se faz muito importante ouvir o outro lado também das comunidades indígenas, porque, às vezes, não se tem dado muito importância em nos ouvir e saber da nossa realidade. Agradeço em nome do povo também, e é só.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bem, eu agradeço novamente a gentileza dos senhores de nos receber aqui, de depor e de trazer o seu ponto de vista. Isso, sem dúvida, enriquece muito o nosso trabalho. Já disse para os senhores: nós somos todos funcionários públicos...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É? Muito obrigado.





Nós somos todos funcionários públicos de carreira. Nosso trabalho é fazer a verdade prevalecer.

Então, agradeço a todos a gentileza, dou por encerrada esta reunião e desejo aos senhores que as coisas caminhem da melhor maneira possível. Que Deus proteja todos — as famílias, as crianças, todos — e que a gente consiga chegar a uma solução que seja a melhor para todo mundo. Fiquem com Deus!

